

HISTÓRIA DO BRASIL II

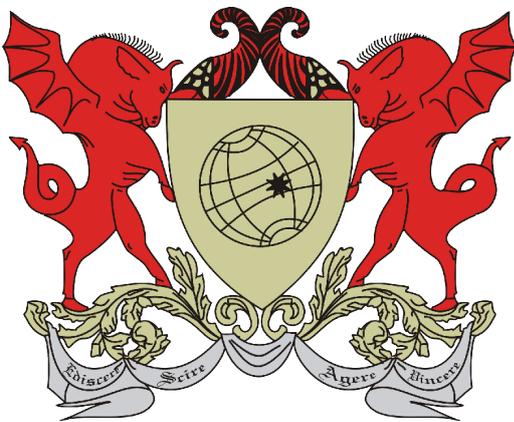
Paulo Santana

Karla Denise



Curso de Licenciatura
em História





Universidade Federal de Viçosa

Reitora

Nilda de Fátima Ferreira Soares

Vice-Reitor

Demetrius David da Silva



cead

Coordenadoria de
Educação Aberta e a Distância

Diretor

Frederico Vieira Passos

*Prédio CEE, Avenida PH Rolfs s/n
Campus Universitário, 36570-000, Viçosa/MG
Telefone: (31) 3899 2858 | Fax: (31) 3899 3352*



**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

S232h
2012

Santana, Paulo Vinícius Silva de, 1984-
História do Brasil II / Paulo Vinícius Silva de Santana, Karla
Denise Martins – Viçosa, MG : UFV/CEAD, 2012.
65p. : il. ; 29cm. (Conhecimento, ISSN 2179-1732; n. 17)

Livro eletrônico.
Inclui bibliografia.

1. Brasil - História. I. Martins, Karla Denise 1972-. II.
Universidade Federal de Viçosa. Coordenadoria de Educação
Aberta e a Distância. III. Título.

CDD 22. ed. 981

SANTANA, Paulo - **História do Brasil II**. Viçosa, 2012.
DENISE, Karla - **História do Brasil II**. Viçosa, 2012.

Layout: Diogo Rodrigues

Editoração Eletrônica: Cibelih Hespanhol

Capa: Diogo Rodrigues

Revisão Final: João Batista Mota



SUMÁRIO

6	APRESENTAÇÃO
8	MÓDULO 1
13	MÓDULO 2
20	MÓDULO 3
24	MÓDULO 4
28	MÓDULO 5
31	MÓDULO 6
34	MÓDULO 7
37	MÓDULO 8
47	MÓDULO 9
51	MÓDULO 10
54	MÓDULO 11
58	MÓDULO 12
62	CONSIDERAÇÕES FINAIS
63	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



Apresentação

Vamos começar mais uma disciplina: HIS 331 D - Brasil Império. **Qual a importância deste período para a atualidade?** Pensemos nas instituições que foram fundadas: os bancos, as bibliotecas, os partidos, o parlamento, o exército estatal... Tudo isso que conhecemos como rotineiro nos dias de hoje não começou no período colonial, mas sim no tempo em que o Brasil tinha um imperador. E mais: até aquilo que surgiu no período que éramos ligados a Portugal, foi forjado em grande parte, durante a experiência imperial.

Mas como conhecer esses 67 anos de mudanças agressivas na sociedade brasileira? Deem uma olhada na internet em sites de busca de textos acadêmicos. São vários trabalhos. A estratégia foi tentar estabelecer grandes temáticas e, por meio delas, selecionar textos que tratassem de pontos considerados chave para o entendimento do Brasil Imperial. Quais foram essas temáticas? Criação e estabelecimento, desenvolvimento e crises e fim.

A primeira delas tem a ver com o entendimento das rupturas e continuidades no processo de independência. Perceber o **criar e estabelecer** significa proporcionar a você condições de entender o processo de Independência como algo anterior ao 7 de setembro e que ainda se prolongou para além dele. Pensem na vinda da Família Real, em 1808, na criação do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves e até mesmo nas cortes que congregavam grande parte do Império Ultramarino Português. Todos esses acontecimentos contribuíram para tornar o Brasil mais independente, de uma forma ou de outra. As elites locais começaram a vislumbrar uma perspectiva nova de futuro e a colocaram em prática, com a colaboração de um príncipe regente de temperamento intempestivo.

Em período posterior, tivemos a **consolidação deste império**. Os conturbados períodos do primeiro reinado e o período regencial foram fundamentais para a definição dos grupos políticos que passaram a integrar a dinâmica governamental em nosso país. O segundo reinado foi, nas suas duas décadas iniciais, um período de certa estabilidade, o que permitiu o aparecimento de diversas facções políticas e sociais diferentes da dicotomia entre liberais e conservadores.

Finalmente, temos o **período das crises**. Vários anos de escravidão combinados com o contexto do século XIX resultaram no enfraquecimento do sistema de exploração de mão de obra cativa. Não era mais econômica e socialmente viável o comércio de pessoas para o trabalho. A Guerra do Paraguai fez com que o grupo dos militares ganhasse poder e consciência de sua capacidade transformadora. As figuras do imperador velho, do império cansado e de barba branca e longa se refletiam no formato antiquado de governo brasileiro, em meio à América quase que totalmente republicana e sem escravidão. A queda de Dom Pedro II correspondeu ao enfraquecimento de seu governo em relação a grupos poderosos do país.

O que esta disciplina irá buscar, antes de tudo, é expor a construção dessas imagens do império e de que forma nos utilizamos delas hoje em dia. Somos tanto resultado deste período, quanto pintores que o retratam. Nesta via de mão dupla, a formação do professor de história deve buscar o olhar crítico sobre o passado como algo em movimento, devido à modificação da visão que os analistas têm sobre ele.

Observem a bibliografia, sejam curiosos com relação à disciplina, conversem com os tutores e com o professor. Não percam a oportunidade de aprender um pouco mais sobre como a sociedade brasileira atual foi gestada. Não deixem de



conhecer melhor a nós mesmos.

Analisar o passado faz parte da constituição de nossa identidade cidadã consciente. Começemos nossa viagem de autoconhecimento.

Breve instrução de utilização do material

Esta apostila trata-se de um material de apoio. Dessa forma, não deve ser utilizada como único meio de adquirir conhecimento. Seguem abaixo sete dicas de como utilizar o material, intercalando a apostila aos textos e às aulas.

1: Antes de tudo, adquirir conhecimento é uma responsabilidade individual. Você é o principal responsável pela sua boa formação.

Não se preocupe com as notas, mas sim com a qualidade do aprendizado que você proporciona a si mesmo.

2: Programe-se! Haverá semanas em que as leituras terão menor número de páginas. Observe sempre a semana que virá: se o volume de material for maior, antecipe a leitura, mesmo não tendo a aula disponibilizada.

3: A ordem ideal de utilização do material seria: apostila, aula e texto. Mas não hesite em voltar aos materiais já utilizados para que suas dúvidas sejam sanadas.

4: A apostila de apoio acompanha uma análise crítica sobre o texto-base. Perceba que existem questões ao final de cada abordagem. Tente responder a elas quando ler o texto analisado.

5: As atividades semanais terão um nível de dificuldade crescente, mas estarão sempre vinculadas aos três conteúdos disponíveis para o aprendizado. Quando surgir a menor dúvida, entre em contato com os tutores. Questões recorrentes serão respondidas por meio de e-mail a todos os alunos.

6: Percebam as questões principais trabalhadas pelos autores. Teremos um reforço do que acreditamos como essencial para seu aprendizado tanto na apostila de apoio, quanto na aula. Após ter contato com as três formas de conteúdo – apostila de apoio, aula e texto de autor – e persistindo a dificuldade em definir a ideia principal do texto, entre em contato com os tutores.

7: Não tenha pudor em fazer observações quanto à disciplina. A qualquer momento entre em contato com o professor por meio do e-mail que será disponibilizado. Ele também atenderá por meio do Skype, pelo menos uma vez por semana. Pergunte, reclame, faça observações que colaborem com o bom andamento da disciplina.

Jornais, panfletos e participação política nos momentos iniciais do Império

Bibliografia Básica:

NEVES, Lúcia Maria Bastos. **Cidadania e Participação Política na Época da Independência do Brasil**. Caderno Cedes, Campinas v. 22, n. 58, p. 47 - 64.

A disciplina de **História do Brasil Império** tem como um de seus objetivos dar sequência ao conteúdo trabalhado anteriormente na disciplina de **Brasil Colônia**. É de extrema necessidade que pensemos nesse período como dotado de rupturas e continuidades. Ao longo da disciplina, iremos perceber que muita coisa mudou desde os primeiros anos da colonização, mas muito do que foi chamado de Brasil Imperial era ainda um contexto de estruturas que tem como tempo de gestação os 300 anos de dominação portuguesa.

Além disso, é preciso estar ciente de que estudar toda a história desse período é praticamente impossível. Sendo assim, optamos por estabelecer como norte para a discussão principalmente o conteúdo trabalhado nos livros didáticos e algumas temáticas importantes para a compreensão global do período. Então, aproveitemos esta nova viagem pelo conhecimento relativo à história do Brasil, pois o prazer obtido neste passeio será proporcional à dedicação de cada um.

O presente texto trata de dois conceitos muito caros aos governos liberais. No artigo *Cidadania e Participação Política na Época da Independência do Brasil*, Lúcia Neves tem como objetivo demonstrar que a existência do primeiro não está obrigatoriamente ligada à ampla difusão do segundo.

O que quer dizer exatamente cidadania? Cidadania é um conjunto de direitos e deveres ligados à participação política. Por meio desses direitos e deveres, o cidadão busca melhoria nas condições de vida da comunidade à qual pertence.

A autora propõe discutir qual o tipo de participação ocorreu nesses primeiros anos posteriores ao 7 de setembro de 1822. Várias questões devem ser levantadas e, dentre elas, talvez a principal seja a oportunidade das pessoas, naquele tempo, de se tornarem informadas das discussões e de que forma elas mesmas seriam capazes de inserirem-se nos debates relativos à Constituição não só do novo país, mas do novo Estado e de toda a recente estrutura político administrativa.

Logo de início, podemos perceber que dois fatores foram essenciais, na visão de Lúcia Neves, para o desenvolvimento lento da cidadania e participação política em nosso país. Os grandes latifúndios monocultores, aliados à utilização em larga escala da escravidão, acabaram por constituir a sociedade brasileira



como um organismo excludente, no que diz respeito às discussões políticas na esfera pública. De forma objetiva, significa dizer que, em meio ao ambiente escravocrata agroexportador, cresceu uma sociedade acostumada a deixar a esfera política, ou seja, o governo, nas mãos de poucas pessoas. O restante da população que não pertencia a esta elite acabava por não conviver com as decisões que afetavam a vida de modo geral. Sob esse ponto de vista, tínhamos uma sociedade piramidal. Daí, então, o princípio de que as populações menos favorecidas deveriam ser “educadas” para entender processo pelo qual o país passava.



*“Educar o povo é perigoso. Basta educar a elite. Os colonizadores portugueses criaram essa regra, os colonizadores internos a consolidaram.”*¹ As palavras de José Murilo de Carvalho soam pesadas aos ouvidos, mas uma breve reflexão sobre elas mostra que, dificilmente, chegaremos a outra conclusão quando se trata da educação em nosso país. Percebemos que grande parte das raízes históricas da desigualdade brasileira está calcada na percepção de que o conhecimento, o esclarecimento e a educação são instrumentos de criação de opinião. E a opinião dificulta a manipulação dos muitos pelos poucos. Há pouco tempo, o ensino superior brasileiro tornou-se minimamente acessível às classes economicamente desfavorecidas. A própria iniciativa da criação da Universidade Aberta do Brasil é consequência disso.

Voltemos nosso olhar para o século XIX, mais especificamente para a sua década de 20. Dom Pedro I acabara de declarar a independência. Festas e proclamações das Câmaras Municipais se sucederam ao acontecimento da beira do riacho Ipiranga. Por todo o país, manifestações de apoio surgiam. Mas de onde vinha a motivação de tais movimentos? Quem eram os envolvidos? De certa forma, um registro pertinente são os jornais e panfletos da época. Neles ocorreram demonstrações de apoio à nova configuração, mas também existiram aqueles que vislumbraram mudanças mais profundas, que partiam desde o aumento da participação feminina, até apelos pelo fim da perseguição dos portugueses residentes que foram favoráveis à separação política entre Brasil e Portugal.

E do que se tratava essa mídia impressa, os jornais? Obviamente, não era qualquer pessoa que tinha acesso à publicação. Eram, sem sombra de dúvida, aquelas pessoas dotadas de capacidade de escrita e leitura que, além disso, eram capazes de dispor de capital necessário para a materialização das ideias que queriam expor. Era uma parcela muito pequena da população que combinava essas duas características e, ainda assim, estava disposta a dispender tempo para a realização da empreitada. E o que eles diziam a respeito da Independência? Qual era seu comportamento? De que maneira se expressavam e tentavam participar do processo?

¹ José Murilo de Carvalho. Apud. NEVES, Lúcia Maria Bastos. “Cidadania e Participação Política na Época da Independência do Brasil. *Caderno Cedes*, Campinas v. 22, n. 58, p. 47.



“Por efeito da chamada Revolução do Porto de 1820, o movimento, no Rio de Janeiro de 26 de fevereiro de 1821, assim como outros semelhantes em algumas províncias, colocou em circulação, de maneira inédita no Brasil, ideias liberais e constitucionais que logo foram divulgadas por meio de uma espantosa quantidade de jornais e panfletos. [...] De caráter didático e polêmico, os panfletos mantinham-se anônimos por causa da censura, mas, escritos sobre a forma de comentários aos fatos recentes, ou de discussões sobre as grandes questões do momento, traduziam em linguagem acessível os temas fundamentais do constitucionalismo, que constituíam a principal bandeira do momento.”²

Esses trechos esclarecem bem quais foram os motivadores para a publicação de diversos gêneros de impressos. Os produtores desses periódicos e panfletos, que eram indivíduos pertencentes à elite, esperavam que os leitores também fossem da mesma classe. Era uma escrita da elite para a elite e, por mais que buscassem esclarecer noções como constitucionalismo e ilustração administrativa, tinha forte vinculação classista ao adotar como público-alvo não a grande massa de analfabetos, mestiços, escravos e demais pessoas pertencentes à maioria da população.



Quanto a esse panorama, podemos afirmar que visava ao controle por parte da elite de quem poderia ter acesso ao conhecimento necessário para a participação política. Tratava-se de um circuito fechado em si. Pouca ou nenhuma manifestação mais popular ocorreu no campo das publicações devido aos fatores já mencionados. É interessante percebermos que o mesmo ocorrerá com relação à proclamação da República, que será um assunto tratado mais à frente na disciplina.

Uma das funções das manifestações impressas era demonstrar ao novo soberano o apoio, que tinha como consequências a possível realização das esperanças, bem como servir de termômetro para que o governante medisse o apoio da população - nesse caso, a elite alfabetizada. Era uma via de mão dupla que, de um lado, tinha toda uma sorte de grupos mais afortunados (e, por isso mesmo, considerados importantes, sob o ponto de vista político), e, de outro lado, Dom Pedro I e seu séquito próximo, que tentavam construir um equilíbrio que permitisse o melhor estabelecimento do Império do Brasil.

Nas palavras de José da Silva Lisboa, o papel dos periódicos era “dirigir bem a opinião pública, a fim de atalhar os desacertos populares e as efervescências frenéticas.” Nesse sentido, o papel apaziguador existia e, por meio do

² NEVES, Lúcia Maria Bastos. “Cidadania e Participação Política na Época da Independência do Brasil. *Caderno Cedex*, Campinas v. 22, n. 58, p. 49.



“esclarecimento”, buscava-se acalmar o ímpeto revoltoso dos populares. Mas como os jornais chegavam às classes populares se eram feitos de uma elite para ela mesma? Por meio do boca a boca. Apesar de não dominarem a leitura, tinham ouvidos e bocas; falavam e escutavam. E é certo que alguns poucos alfabetizados proporcionavam a muitos a leitura em voz alta.

A participação de grupos que, muitas vezes, permaneciam calados no que diz respeito à discussão política não era de todo cerceada. As mulheres manifestaram-se diversas vezes com relação às transformações causadas no período posterior à Independência. Algumas delas, como Leocádia de Melo Moniz, demonstraram que as informações vinculadas na mídia impressa eram lidas e suas informações assimiladas.

Além disso, a reclamação sobre outros aspectos também existia. Um grupo de mulheres brasileiras casadas com portugueses manifestou-se com relação à perseguição ocorrida contra seus maridos. Eles não se tornavam automaticamente brasileiros por meio do matrimônio, como ocorria com as mulheres portuguesas casadas com brasileiros. Por meio de um panfleto endereçado ao imperador, pediam a extensão desse benefício a seus maridos. O sexo frágil, que naquela época era ainda mais marginalizado, foi capaz de romper as barreiras e causar fissuras no mundo dos homens brancos poderosos com sua busca pelos direitos e demonstração do que chamavam de amor à pátria.

Dessa forma, fica claro como o acesso ao material escrito era difícil naquela época e como as elites alfabetizadas escreviam para elas mesmas como forma de manutenção de um estado de dominação preexistente. Além disso, percebemos como, em certos momentos, esse plano permitia a participação seja dos menos favorecidos, por meio da transmissão oral, seja das mulheres, buscando alcançar alguns direitos ou demonstrando seu amor à pátria. É certo, porém, como escreveu Lúcia Neves:

“O resultado foi que, ao invés de dar origem à participação política e à noção de cidadania, a independência redundou num modelo de nação do qual a maioria ficou excluída, valendo a cultura política gerada pelos inúmeros textos impressos somente como um instrumento educacional da própria elite, a fim de garantir o lugar que ocuparia na estrutura de poder do futuro Império do Brasil.”³

Resta a nós, como professores, pensarmos nos desdobramentos desse aspecto elitista de nossa sociedade para o contexto atual. Repare nos meios de comunicação como um todo. Quais são as classes representadas? Qual o estilo de vida mais presente nas novelas e seriados? Qual a origem étnica das pessoas na televisão? O que vemos e ouvimos, de fato, se parece com o mundo que nos cerca? Continuamos dependentes e sofrendo de exclusões das mais diversas formas e nada disso começou nos dias de hoje. Para refletirmos melhor sobre tais aspectos sociais e culturais, façamos uma revisão dos assuntos abordados no texto e nesse primeiro módulo antes de iniciarmos o próximo.

Revisão do Módulo 01

1. Altos índices de analfabetismo.
2. Escrita da elite para a elite.
3. Demonstração de apoio e participação política.
4. Reivindicações por conta do novo contexto.
5. Alguma participação da massa analfabeta por meio da transmissão oral.
6. Participação feminina.



Sugestão de Atividade - Módulo 01:

- Qual a dinâmica existente entre a elite e a população menos favorecida econômica e socialmente nos acontecimentos envolvidos na Independência do Brasil?
 - Na atualidade, a mídia, apesar de democrática com relação ao acesso, também segrega parte da população na participação política?
 - Qual a relação existente entre poder econômico, produção jornalística e participação política?

Revolução e Independência

2.1. Primeira parte

Bibliografia Básica:

Parte 01: RODRIGUES, José Honório. **Revolução e contrarrevolução da Independência**. In: RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contrarrevolução*, volume 5. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1975, p. 213 – 237.

Como vimos no módulo introdutório, a participação ativa das classes mais baixas não foi elemento forte no processo de Independência do Brasil. Os escritos publicados em jornais e panfletos eram feitos por uma elite intelectual interessada pelo esclarecimento com relação à separação política entre nós (colônia), e Portugal (metrópole). Atrás dos movimentos envolvendo essas pessoas que se manifestaram escrevendo e divulgando suas ideias, havia também aqueles que estavam frente à movimentação política direta. Do ponto de vista dos senhores do poder, tão vangloriados pela historiografia positivista, por serem considerados os motores da história, as transformações também foram estudadas por historiadores de respeito no século XX brasileiro. Pensemos em níveis de participação e imaginemos essa sociedade disposta como um tabuleiro de xadrez. O bom jogador sabe que, com todas as peças, qualquer uma delas disposta no local correto, é possível conseguir um xeque-mate. Significa dizer que, no local certo, até um simples peão é capaz de capturar o rei e encerrar o jogo.

Neste módulo iremos discutir um capítulo da volumosa obra *Independência: Revolução e Contrarrevolução*, de José Honório Rodrigues. O historiador talvez seja o grande sintetizador da história da Independência do Brasil no século XX. Algumas observações teóricas são importantes para se entender a construção intelectual do autor. A primeira - e mais óbvia - delas é a sua opção ideológica. Ele é um pensador claramente marxista que constrói seu argumento levando em consideração a luta de classes. Nesse sentido, busca tal conflito dentro do processo de separação política do Brasil. Em seus cinco volumes, o autor procura identificar as transformações e, de que forma, os atores históricos atuaram para que o resultado fosse atingido. O texto em questão é crucial na compreensão da interpretação de José Honório, pois sintetiza o que ele chama, em toda a sua obra, de "Revolução e Contrarrevolução." Passemos a analisá-lo.

O primeiro aspecto a ser ressaltado é a dependência portuguesa com relação ao Brasil. De que forma ela ocorria?

O contexto não era favorável desde há muito tempo. Portugal era uma nação de proporções territoriais e população muito reduzidas. Com suas peculiaridades sociais e genéticas foi capaz de se erguer como um dos grandes impérios da história da humanidade. Os séculos passaram e a dependência com relação a outras metrópoles e à produção das colônias tornou-se, na visão de José Honório, a principal prerrogativa do Estado português. Primeiramente, é gritante a dependência portuguesa com relação à Inglaterra, muito em consequência de não conseguir administrar satisfatoriamente o vasto território ultramarino e de se inserir - e se manter - na dinâmica do complicado mercado comercial mundial.



É o que o autor chama de colônia não oficial da Inglaterra.

E como o Brasil estaria nesse quadro? Era, principalmente em finais do século XVIII e início do XIX, colônia de uma colônia - situação por demais danosa se pensarmos nas potencialidades que poderiam ser exploradas. Mas os contemporâneos dessa configuração não se tornaram passivos com relação a isto. Já na primeira década do século XIX ocorre um fato representativo, tanto da dependência com relação à Inglaterra, quanto com relação à colônia na América do Sul. A guerra da França, liderada por Napoleão Bonaparte, espalhou tensão por toda a Europa e o bloqueio continental foi capaz de atingir a Grã-Bretanha, forçando-a a exigir desobediência dos países que ela estabelecia relações. Portugal, por um lado, vivia a pressão francesa exercida por vias diplomáticas e militares, afinal, as tropas napoleônicas já haviam atravessado o território espanhol sem muita dificuldade e começavam a entrar em terras portuguesas; por outro lado, sofriam a pressão econômica inglesa. Ocorre a fuga da família real portuguesa para os domínios de além-mar.

Em 1808, Dom João, ainda príncipe regente, chega com grande parte de sua corte ao Brasil. Portugal tinha sido entregue a um administrador inglês. Aparentemente, esse período trouxe vários avanços para a colônia. No entanto, segundo José Honório Rodrigues, sob o ponto de vista da maturidade política, o que houve foi um retrocesso. Várias revoltas questionando a dominação portuguesa ocorreram antes da chegada da Família Real. Todas foram duramente eliminadas. Segundo o autor:

“Dom João encarnava a contrarrevolução, tanto no Brasil, permitindo a perseguição e castigo, com o maior rigor, de todos os patriotas de 1792 a 1821, como em Portugal, fugindo da invasão francesa, entregando seu país aos ingleses, e consentindo no sacrifício dos revolucionários portugueses de 1817.”⁴

Na concepção do autor, esse contexto gerou uma classe de intelectuais que buscou modificações profundas no Brasil. A Independência seria um ato desencadeante das reformas. Elas atingiriam aspectos econômicos, sociais e políticos. Infelizmente, tal projeto não sobreviveu. Este processo é o que seria a “revolução brasileira”. Os próprios jornais, fontes tão utilizadas no texto discutido anteriormente, eram uma demonstração dessas intenções. Um dado interessante era a quantidade de publicações desse tipo no período administrativo de D. João e posterior a seu retorno à Europa. Durante a estada do monarca, havia apenas um jornal oficial, a Gazeta do Rio de Janeiro, ainda em 1821, e no período do governo do príncipe regente D. Pedro, já existiam, ao todo, 11 periódicos. O movimento cresceu em meio à intelectualidade que publicava suas ideias. E D. Pedro não se manteve alheio a isso. José Honório Rodrigues afirma que:

“(...) a Revolução da Independência, a única que teve possibilidades de vitória, pois no Brasil só a contrarrevolução sai vitoriosa, foi comandada inicialmente pelos moderados, sucedidos não pelos radicais, mas pelos contrarrevolucionários.”⁵ (RODRIGUES, p.221).”

A percepção de que as demandas sociais locais culminariam na dissociação

4 RODRIGUES, José Honório. Revolução e contrarrevolução da Independência. In: RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contrarrevolução*, volume 5. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1975, p. 215.

5 *Ibidem*, 221.



entre Portugal e Brasil era uma compreensão que, inclusive, existia por parte de D. João VI. É significativo que, no momento de seu retorno, ele praticamente alertava D. Pedro que, se a separação ocorresse, que fosse pelas mãos de seu filho. Já era, na visão do autor, um início de tentativa de controle do processo - um esboço do ato contrarrevolucionário. D. Pedro se aliou aos setores ligados ao pensamento separatista e era dado então o pontapé inicial para a revolução da Independência.

Paralelamente, houve a revolução do Porto, em Portugal. Ela ocorreu devido à insatisfação da elite local com a ausência do monarca no território português. Na interpretação presente no texto, foi desenhado um contexto em que os potentados locais, utilizando-se de uma instituição que já havia existido, envoltos em justificativas ligadas à tradição, objetivavam trazer D. João VI de volta a Portugal para que suas demandas fossem atendidas. As Cortes acabaram por demonstrarem-se facciosas, prepotentes e culminaram no agravamento do desentendimento entre as diversas dominações portuguesas. As Cortes eram constituídas por representantes de todas as províncias brasileiras e de outras regiões do império português. No entanto, acabaram por ter uma postura mais agressiva, tanto com relação ao retorno da Família Real, quanto com relação à administração de D. Pedro como príncipe regente no Brasil.

O que seria, de fato, a "Revolução da Independência"? Seriam as modificações arquitetadas por uma elite que ansiava por reformas. A principal figura que aglutinou tais pensamentos foi José Bonifácio, como nos mostra o trecho:

*"O plano revolucionário de José Bonifácio se compunha da reforma agrária; da abolição do tráfico; da abolição gradual da escravidão; da incorporação dos índios, ainda não tão exterminados; da recuperação financeira com empréstimo interno, e não externo; da convocação da Assembleia Constituinte; da primeira lei de imprensa; do primeiro código eleitoral; da negociação diplomática para o reconhecimento; da afirmação da soberania nacional; da defesa da integridade territorial e de sua unidade e indivisibilidade; do anticolonialismo; da liberdade comercial; da não intervenção; da autodeterminação; da paz; enfim, da política externa própria e independente."*⁶

Todas as esperanças de mudanças profundas não se concretizaram. Na visão de José Honório Rodrigues, D. Pedro, agora como o primeiro imperador do Brasil, se desfez de seu conselheiro mais progressista. Era aquele que tinha contido seu ímpeto pelo absolutismo e havia sido o porta-voz das ânsias pelas mudanças. Esse ato foi o estopim de uma série de medidas que contribuíram para a permanência de várias características coloniais. As leis permaneceram, as respostas violentas a qualquer tipo de revolta e a dependência com relação à Inglaterra, todos esses mecanismos de submissão permaneceram. Essa foi a contrarrevolução. Como afirma o autor em seu texto, no Brasil, as revoluções - potencialmente mecanismos que inserem mudanças nos sistemas - são somente ensaiadas. As propostas que sempre vencem geralmente são as contrarrevoluções, dotadas de um caráter repleto de permanências.

Como vimos no módulo anterior, as movimentações posteriores ao 7 de setembro foram, sob o ponto de vista da produção dos panfletos e jornais políticos, uma discussão que envolvia, quase que exclusivamente, uma elite intelectual. Já no presente texto, a ótica foi ver como as movimentações do âmbito político resultaram, inicialmente, em movimentos que indicavam uma reforma social, mas que foram frustradas por uma ação contrarrevolucionária.

6 *Ibidem*, 229.



É interessante localizar a obra em seu contexto. A ênfase no conceito de revolução é comum em quase todos os trabalhos marxistas, mas José Honório escreveu este texto em meio à ditadura militar brasileira, período que se iniciou na década anterior e se arrastava, lamentavelmente, durante a publicação de seu livro. Quando ele diz que a história do Brasil tem como sentido a contrarrevolução, pode-se perceber as influências do período e qual era a sua interpretação sobre o assunto. Vale a pena retomar as anotações do texto anterior. Comparemos de que forma os dois autores interpretaram o período e tentaremos elaborar uma explicação por meio do conflito entre as duas perspectivas. Em seguida, pensemos no contexto atual, em nossa história recente, e tentemos vislumbrar que grupos se interessam por esse contexto retrógrado de contrarrevolução.

Sugestão de Atividade: Módulo 02 – Parte 01:

- Quais as principais influências do pensamento marxista na obra do autor e por que ele afirma que a revolução e a contrarrevolução foram atores decisivos para a história da emancipação política no Brasil?

2.2 Segunda parte

Bibliografia Básica

Parte 02: COSTA, Emília Viotti. **Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil**. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999, p. 19 - 60.

Dando continuidade à nossa reflexão, na segunda fase deste módulo, iremos finalizar as discussões sobre a independência do Brasil. No módulo introdutório dessa disciplina, vimos quais foram as movimentações da elite intelectual por meio dos jornais. Já na segunda parte veremos como a abordagem de José Honório Rodrigues apontou que houve a possibilidade de uma revolução, de uma modificação profunda nas estruturas de organização social, e que esse movimento foi frustrado e se processou, na realidade, como uma permanência do *status* anterior. Determinada elite apenas confirmou o poder em suas mãos.

Neste texto, iremos discutir como as movimentações anteriores e posteriores ao 7 de setembro são, em quase sua totalidade, arquitetadas por uma classe dominante específica, ou por grupos já há muito tempo bem colocados socialmente, não representando uma abertura, mas sim confirmação, no extremo talvez a vitória de elementos opostos, mas pertencentes a estratos superiores da sociedade.

O presente texto, *Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil*, faz parte do livro intitulado *Da monarquia à República*. Do ponto de vista da produção, esta é a abordagem mais antiga das tratadas até agora. Pensemos no contexto de produção. A academia brasileira não respirava esse ar efervescente como temos hoje, de diálogos com outras escolas historiográficas. A busca por abordagens historiográficas que se norteariam por meio de grandes escolas internacionais de pensamento eram mais raras.

Nesse contexto, Emilia Viotti da Costa desponta como tendo uma maior preocupação metodológica e filiações mais claras com interpretações internacionais. Percebam, antes de tudo, os subtítulos que acompanham praticamente todos os tópicos tratados pela historiografia tradicional. Mas o que podemos chamar de “subversão” está presente na maneira como a autora aborda os mesmos acontecimentos, dando novas cores. Vamos a eles.

O estudo começa com uma breve comparação. Para a autora, não foi coincidência que as independências ocorressem em momentos parecidos nas colônias inglesas, espanholas e portuguesas. Num período de menos de 50 anos,



grande parte do território das antigas dominações europeias no Novo Mundo tornou-se independente. Para Emília Viotti da Costa, há uma ligação óbvia entre esses acontecimentos em territórios diferentes, mas situações parecidas e sua abordagem se norteiam a partir desse ponto de vista mais geral. E o que manteve essa empreitada marítima durante tanto tempo? E o desdobramento disso, qual foi o motivo para o colapso do sistema e as posteriores independências dos territórios americanos?

Para ela, as metrópoles não eram capazes de manter a empreitada colonial e necessitavam se aliar a uma elite mercantil, colonial e agrária capaz de promover a ocupação e a exploração das terras do outro lado do Atlântico. Em última instância, esse grupo cresceu, se fortificou, o mercado internacional se transformou e a relação entre esses senhores locais e as coroas europeias provocaram o fim do sistema colonial.

Houve ainda uma coincidência triste para as metrópoles, com a crise do sistema colonial: a crise das formas absolutistas de governo. Os questionamentos partiam de uma intelectualidade, geralmente, ligada à burguesia e, por isso mesmo, sobre as justificativas das mais diferentes vertentes. Nas palavras da autora:

“A crítica das instituições políticas e religiosas, as novas doutrinas sobre o contrato social, a crença na existência de direitos naturais do homem, as novas teses sobre as vantagens das formas representativas de governo, as ideias sobre a soberania da nação e a supremacia das leis, os princípios da igualdade de todos perante a lei, a valorização da liberdade em todas as suas manifestações – característicos do novo ideário burguês – faziam parte de um amplo movimento que contestava as formas tradicionais de poder e de organização social. O novo instrumental crítico elaborado na Europa na fase que culminou na Revolução Francesa iria fornecer os argumentos teóricos de que necessitavam as populações coloniais para justificar sua rebeldia.”

Mas essas ideias liberais, no Brasil, se vinculavam às pretensões de independência. O fim da escravidão e a participação política ampla da população no processo eleitoral não eram planos da elite ilustrada brasileira. Lúcia Maria Bastos das Neves demonstrou como a elite procurou, por meio dos jornais, se autoinstruir sem se preocupar com o esclarecimento das classes menos favorecidas economicamente. Na mesma linha, seguiu a análise de Emília Viotti da Costa.

A independência foi um projeto feito no topo da pirâmide econômica, em que poucos acumularam muito. Todo o resto da população, já apartada das riquezas produzidas pelo país, foi também alijada das discussões que precederam a emancipação, não participaram do movimento em si e, muito menos, receberam as benesses que a separação do império português ofereceu aos senhores que dominavam a atmosfera política.

Para além desse aspecto elitista, podemos perceber também que, de certa forma, o projeto vindo do topo não deixou de ser adotado pela parte inferior da pirâmide econômica, em algumas situações. O que significaria, então, na visão da autora, essa independência na visão dos grupos marginalizados? Nas palavras de Emília Viotti da Costa:

7 COSTA, Emília Viotti. Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999, p. 22.



“Aos olhos da população nativa mestiça, a Independência significava sobretudo a possibilidade de eliminar as restrições que afastavam as pessoas de cor das posições superiores, dos cargos administrativos, do acesso à Universidade de Coimbra e ao clero superior. Abolir as diferenças de cor branca, preta e parda, oferecer iguais oportunidades a todos sem nenhuma restrição era o principal ideal das massas mestiças que viam nos movimentos revolucionários a oportunidade de viverem em “igualdade e abundância”. Para estas, a Independência configurava-se como uma luta contra os brancos e seus privilégios.”⁸

Com o passar do tempo, os atritos entre os dois lados do Atlântico foram se agravando. A vinda da família Real para o Brasil, em 1808, fomentou uma série de modificações para a colônia. Essas transformações, frequentemente mencionadas nos livros didáticos, formaram, na América, uma crescente vontade de independência, e do lado de lá do oceano estimularam, em grande parte, os descontentamentos que resultariam na Revolução do Porto.

Pensemos nas duas perspectivas. O território português havia sido invadido pelas tropas napoleônicas, perdendo o seu rei e passando a ser governado por uma junta inglesa. Além disso, a principal colônia ganhou *status* de centro do império, com uma série de privilégios. A abertura dos portos às nações amigas, modernização da capital, criação de bancos, dentre outras reestruturações que, na mesma medida, fomentavam maior governabilidade a partir do Brasil, minando a importância administrativa da antiga metrópole.

Os ânimos foram se acirrando com o passar do tempo. As Cortes foram convocadas e, a princípio, representariam todo o império português, não só Portugal. Os deputados que comporiam a assembleia foram convocados em todos os domínios. Esta participação “democrática”, no entanto, não se manteve como estrutura política estável.

Por exemplo, antes mesmo da chegada de todos os representantes, o grupo português começou a agir por meio de determinações que os interessavam. E, nesse sentido, exigiram o retorno de D. João VI, dentre outras imposições que colocariam em risco as liberdades alcançadas no Brasil, principalmente no que diz respeito às liberdades comerciais. Elas eram vistas pelos portugueses como uma grande perda de sua capacidade de acumular riqueza e capacidade de investimentos. Tornava-se insustentável o retorno do arranjo colonial anterior, ainda mais se formos pensar do ponto de vista da elite político-econômica brasileira, que havia conquistado tanto no período posterior à transferência da Corte para o outro lado do oceano.

Às vésperas de 7 de setembro, três grupos se despontavam no cenário local brasileiro. Um primeiro, predominantemente português, que afirmava defender a todo custo a manutenção da ligação com Portugal. Para eles - a maioria, comerciantes, militares e funcionários da Coroa -, a manutenção dos velhos laços significava o fim de seus privilégios e a posterior degradação do *status* social alcançado.

O segundo grupo tratava-se de uma espécie de nobreza da terra, que ganhou muito com o fim dos privilégios da metrópole. Eram comerciantes, altos funcionários e alguns intelectuais mais moderados que viam na Independência e permanência do sistema imperial uma forma de manutenção das conquistas - e até de ganhos futuros.

Finalmente, existiam aqueles que pensavam em mudanças mais radicais. O que a autora chama de Partido Republicano tinha como projeto a implantação

8 *Ibidem*, p. 34.



de um sistema amplamente mais democrático, no qual a monarquia não teria espaço. Pertenciam a esse grupo indivíduos com pensamentos mais radicais e ligados a atividades urbanas. Em sua maioria eram profissionais liberais, como farmacêuticos, jornalistas, ourives e médicos, mas também figuravam ali outras classes de trabalhadores, como padres e professores.

A Independência se dá por meio da aglutinação de diversos grupos ao redor do príncipe regente. Ele foi a única figura da época vista como capaz de manter a unidade nacional e proporcionar certa estabilidade política ao território brasileiro. Mas representou, acima de tudo, a manutenção de uma elite anterior no poder. Essa elite conseguiu, com a Independência, a liberdade em relação às restrições do estatuto colonial, principalmente um comércio mais aberto e autonomia administrativa. Os dois fatores combinados seriam, antes de tudo, a garantia de permanência das benesses conquistadas posteriormente à vinda da Família Real, além da possibilidade de maiores avanços nesses mesmos aspectos, já que não havia mais necessidade de correspondência com as demandas comerciais de Portugal.

Resta fazermos um paralelo entre os três textos trabalhados até aqui. Em todos eles, percebemos que a independência não foi um processo que incluiu as massas na participação política. Diferentemente disso, serviu apenas como confirmação de uma elite local em detrimento da antiga elite portuguesa.

Partiremos, nos próximos módulos, para discussões relativas aos partidos políticos no Brasil imperial. Tenhamos em mente certos conceitos trabalhados até o momento e busquemos, nos textos anteriores e posteriores, a perspectiva da criação desta nação como um projeto excludente.

Sugestão de Atividade – Módulo 02 – parte 02:

- Por que a revolução, no processo de Independência do Brasil, é considerada frustrada?
- Qual grupo ou grupos são eleitos pelo autor como os líderes do movimento de Independência brasileira?
- Quais as intenções da elite local em promover a Independência do Brasil?

Surgimento dos partidos políticos no Império

Bibliografia Básica

NEEDELL, Jeffrey D. **“Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857”**. In: Almanack Brasiliense. São Paulo, n.º 10, novembro de 2009, p. 05 - 22.

SALLES, Ricardo. **“Notas de um debate: Comentários sobre o texto de Jeffrey Needell ‘Formação dos Partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857’”**. Almanack Brasileiense. São Paulo, n. 10, novembro de 2009, p. 48 a 53.

A proposta do presente módulo é retomarmos a discussão política sobre o Brasil, em seu período imperial, em perspectiva analítica e do ponto de vista qualitativo. Em seu texto *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação*, Jeffrey Needell analisou a forma como os principais agrupamentos partidários da primeira metade do segundo reinado brasileiro surgiram. Por meio deles, houve o que podemos chamar de esclarecimento do contexto político em dois grupos mais ou menos claros. Grande parte das motivações para isto esteve ligada ao conturbado período regencial, que a ausência do monarca criou na ambientação para disputas agressivas de poder.

Os partidos Liberal e Conservador atuaram como representantes de grupos pertencentes às elites econômicas do Brasil, nos primeiros anos do período imperial. Os mesmos partidos devem ser entendidos como representantes dos interesses daqueles que eram capazes de se fazer representar na política brasileira. Vimos nos textos sobre a Independência, nesse último módulo, que as movimentações resultaram na dissolução dos laços entre Brasil e Portugal. Entendam o surgimento dos partidos como o resultado de uma solidificação de parte dos envolvidos ao redor de diferentes propostas de futuro para o país.

Entretanto, cabe-nos questionar sobre como os dois partidos devem ser entendidos como integrantes da dinâmica política, principalmente da Regência e do Segundo Reinado. Na interpretação de Jeffrey Needell, alguns acontecimentos moldaram a alocação dos integrantes do partido dentro do governo imperial. Pensemos na trajetória da elite brasileira, partindo da organização pré-Independência, com o surgimento dos grandes potentados ao redor do príncipe regente e, posteriormente, aglutinando-se em grupos que os tornariam mais representativos no sistema político, bem como inserindo-se nos diferentes níveis de organização da administração estatal.

Quais teriam sido, na opinião do autor, os principais promotores das discussões políticas no contexto dos primeiros 30 anos do Império do Brasil? Existiam três modelos de organização política, três meios de manifestar-se de forma objetiva para fazer frente aos demais grupos políticos. As associações civis, como as irmandades religiosas, a Maçonaria e os oradores políticos - e o círculo que os envolviam.⁹

As associações participavam unindo seus integrantes em função de um ideal corporativo voltado para as demandas sociais de seus membros, ou da luta

9 NEEDELL, Jeffrey D. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857.” In: *Almanack Brasiliense*. São Paulo, n.º 10, novembro de 2009, p. 7.



pelo que acreditavam. As sociedades abolicionistas também entravam nessa categoria. Imagine o contexto do século XIX brasileiro: não havia uma estrutura governamental que atendesse às demandas essenciais da população – dentre elas, saúde, assistência social e serviços póstumos. Elas eram sanadas, em parte, em função da capacidade de as pessoas se associarem, sendo as Ordens Terceiras o exemplo mais clássico desse tipo de organização. Aparentemente unidas por conta de motivações religiosas, as Ordens serviam de amparo para seus integrantes em momentos que iam para além das preocupações espirituais.¹⁰

Tais associações tinham caráter mais local, não se reportando a instâncias organizacionais superiores, de natureza nacional ou mundial. Fora dessa lógica regionalista existia um grupo de ordem mundial: a Maçonaria. Ela era - e ainda o é - formada por uma estrutura extranacional, com integração entre as diversas Casas Maçônicas, partindo das existentes nas vizinhanças até a ligação hierárquica que as integravam a grupos dirigentes para fora do âmbito nacional. Desde muito tempo, ideias diferentes das vigentes apareciam, e a Maçonaria foi um local onde elas eram discutidas.

O Liberalismo surgiu na Europa e teve, na organização transnacional, espaço para se instalar nas Américas. Parte considerável da cúpula da política brasileira - tanto Liberais, quanto Conservadores - integrava ou vivia ao redor do círculo de integrantes da Maçonaria. Daí, os atritos surgidos entre essa instituição e a Igreja Católica no Brasil - a chamada Questão Religiosa. Este foi o resultado lógico da dinâmica presente no século XIX brasileiro: de um lado, pensamento ultramontano, voltado para as determinações tridentinas, avessos a qualquer ideologia laicizante; e de outro lado, os maçons, considerados um antro de liberais, crentes de outras denominações religiosas que não sofriam discriminação entre seus irmãos das lojas maçônicas, preocupados com a racionalização da administração pública, mas também integrantes de um grupo que ganhava poder frente ao governo imperial. Como veremos ao analisarmos os próximos textos, a Igreja Católica, principalmente na figura de alguns dirigentes, se tornará uma antagonista disposta ao embate na busca pelo fim do Padroado Régio e a implantação da autogestão institucional.¹⁰

Finalmente, tínhamos os oradores e ao redor deles um grupo se aglutinava. Esses grupos viam nos oradores os porta-vozes de suas demandas no campo político e essas demandas eram expostas como forma de posicionamento. Considerando todos os outros campos de ação política, era entre os oradores que o embate era mais acalorado e, por isso mesmo, tornava as posições dos indivíduos agrupados. Nesse contexto ocorria, naturalmente, a escolha de um dos lados, o que colaborou na solidificação dos grupos partidários, surgindo daí os partidos Liberal e Conservador.¹¹

Entre as décadas de 1820 a 1840, houve uma definição dos dois grupos, que se tornaram mais objetivos em suas posturas políticas, tanto do ponto de vista regional, quanto do ponto de vista nacional. As duas décadas produziram o que identificamos como opositores. E foi essa oposição que definiu os dois grupos de forma mais clara. Vamos analisar mais detidamente a formação de cada uma das tendências partidárias.

No início da década de 1820, havia a Independência política. A elite econômica buscou formas de se aproximar do governo de Dom Pedro I e, obviamente, as disputas ocorreram e definiram-se. De um lado, estavam os exaltados: ávidos por ações mais agressivas com relação à emancipação, tinham como pauta nas discussões a implantação do sistema republicano e uma independência maior com relação à economia, principalmente em relação à Inglaterra. Paralelamente a essa proposta, ocorreu a união de conservadores, moderados e liberais moderados. Esses tinham projetos diferentes entre si, mas, principalmente,

10 *Ibidem, loc. cit.*

11 *Ibidem, p. 7.*



consideravam que os exaltados intentavam radicalizar demais as estruturas que mantinham os status do momento.

À medida que os anos foram avançando, dois fatores tornaram-se essenciais para a definição do grupo dos moderados: a campanha em apoio à escravidão e o surgimento de uma elite econômica baseada na plantação do café para exportação. Ambos os fatores foram capazes de auxiliar nessa formação e consolidar o grupo em função das propostas opositoras. Nas palavras de Jeffrey Needell:

“A busca de um equilíbrio nos poderes e no governo, a adoção do parlamento como espaço importante para encontrar soluções por meio do debate bem preparado, o papel central da monarquia como garantidora de uma ordem estável, a aversão ao extremismo, fosse democracia ou absolutismo, tudo isso é central no pensamento e na prática política de Guizot e se tornou essencial na articulação, feita por Vasconcelos, das ideias e das práticas do novo partido.”¹²

O Partido Liberal também surgiu no mesmo contexto, sendo um grupo mais ou menos unido em torno de ideais. E era “mais ou menos” por conta de que, mesmo no caso dos conservadores, os mais organizados, não havia como ter uma unicidade de discursos partindo do centro das discussões, naquele momento representado pelo Rio de Janeiro. A maneira de pensar dos liberais de Ouro Preto jamais seria a mesma, em perfeita harmonia com as falas feitas no centro do Império. Isso não ocorreria nos dias de hoje e, muito menos, num contexto de poucas leituras e dificuldades de comunicação.

Além da esperada inconsistência com relação às periferias imperiais, o Partido Liberal surgiu também em forma de uma oposição aos outros grupos. Ele nasceu e se fortaleceu ao redor dos ideais de descentralização do poder e de ampliação do número de votantes.¹³ Os Exaltados, Moderados, Restauracionistas ou Caramurus, de uma forma um tanto questionável, se uniram contra a centralização do poder imperial, na figura do imperador. Essa era a diferença crucial entre os dois grupos: Liberais e Conservadores - *Luzias e Saquaremas*, como eram conhecidos. Eles consideravam a figura do imperador importante, pois ambos acreditavam na capacidade dele para fornecer sustentabilidade à união nacional. Mas os primeiros consideravam necessária a centralização do poder para isso, enquanto que os segundos acreditavam na necessidade de uma divisão melhor do poder entre as províncias e os demais poderes.

Como podemos perceber, o texto Jeffrey Needell baseia seus argumentos no estudo de alguns casos específicos, além de conceder maior visibilidade a alguns acontecimentos pontuais, muitas vezes deixando de lado as movimentações que envolviam frações mais amplas da sociedade. Ao se analisar o breve texto de Ricardo Salles, em suas notas sobre o texto do norte-americano Needell, percebe-se como Salles critica o presente autor. Ao estudarmos a obra de Ricardo Salles, iremos perceber que o autor valoriza os aspectos positivos da presente obra de Needell, mas aponta algumas deficiências, como a pouca valorização da escravidão como um dos principais sustentáculos do sistema imperial no Brasil.¹⁴

12 *Ibidem*, p. 12.

13 Ampliação do número de votantes significava antes de tudo aumentar o número de representantes no parlamento. Ver: *Ibidem*, p. 13.

14 Ver: SALLES, Ricardo. “Notas de um debate: Comentários sobre o texto de Jeffrey Needell Formação dos Partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857”. In: *Almanack Brasiliense*. São Paulo, n.º 10, novembro de 2009, p. 48 a 53.



Sugestão de Atividade - Módulo 03:

- Como Jeffrey Needell explica o surgimento dos partidos Liberal e Conservador por meio do estudo de alguns casos?
- Como, na abordagem do autor americano, se encaixa a explicação da crise política e a derrocada final do império no Brasil?
- Dentre as críticas feitas por Ricardo Salles, do ponto de vista historiográfico, qual foi o maior pecado de Jeffrey Needell?

Partidos políticos e crítica na década de 1870

Bibliografia Básica:

ALONSO, Ângela. **Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 15, n. 44, outubro de 2000, p. 35 - 55.

No módulo anterior, vimos como aconteceu a formação dos dois principais partidos políticos no Império. Surgiram, como todo grupo, em função do atrito mútuo. Liberais e conservadores se definiram como tal por meio da negação das propostas de seus opositores. Entre o início de formação e o período de definição das plataformas, as duas facções foram as principais tendências que participaram da dinâmica político-partidária brasileira.

É chegada a hora de discutirmos sobre o momento de crise dessa proposta e o surgimento de um grupo mais agressivo com relação ao sistema monárquico. O texto em questão é *Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870*. O artigo é uma condensação da tese de doutorado em sociologia de Ângela Alonso.

É necessário perceber, antes de tudo, que grande parte do texto da autora é construída, em função de demonstrar como, anteriormente, as abordagens que tentaram entender esse grupo estavam equivocadas em alguns pontos fundamentais. Os dois principais talvez sejam: primeiro, considerar as ideias descoladas da ação política, e nessa perspectiva, considerando-os uma espécie de intelectuais de gabinete. E o segundo, pensando-os apenas como grupo político que eram, somente homens de ação.

A solução teórico-metodológica, na perspectiva de Ângela Alonso, seria pensar, antes, na indissociabilidade entre pensamento político e ação política. Nem mesmo na Europa, essas duas esferas estariam separadas claramente no período. Diante da abordagem, pensadores políticos e políticos profissionais deveriam ser encarados como um grupo único, agindo em função de suas necessidades. Nas palavras da própria autora: *"Parto da posição mais ou menos consensual na sociologia contemporânea de que formas de pensar e formas de agir estão em íntima conexão, de sorte que não é possível compreendê-las separadamente."*¹⁵

O mote principal da interpretação é que não havia escolha de correntes interpretativas, ou seja, um aparato teórico internacional sem intencionalidade de ação política. Isso significa dizer que a geração 1870 escolheu seu repertório de ideias em função de razões práticas. Como o próprio título do texto diz: "Crítica e contestação." E essas críticas e contestações partiam de uma perspectiva específica. Quem eram os elementos desse grupo? Pertenciam a alguma classe social ou categoria profissional específica? Veremos, a seguir, que não podemos definir exatamente a origem desses contestadores, mas sim o motivo da contestação. Da mesma forma que liberais eram definidos a partir da oposição aos conservadores, e conservadores da oposição a liberais, os contestadores, por sua vez, surgiram como um grupo descontente com o estado de coisas daquele momento no Império.

15 ALONSO, Ângela. "Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, n. 44, outubro de 2000, p. 36.



Na década de 1870, algumas reformas foram realizadas pelo grupo dos conservadores. Elas visaram modernizar a economia e a sociedade, por meio, por exemplo, de obras de infraestrutura, uma das mais frequentes. No entanto, o mesmo não ocorreu na esfera política. Pelo contrário: o gabinete do imperador foi dominado por conservadores, sem deixar muito espaço para outras vertentes.

Pensemos nesse contexto: um único grupo político começou a processar uma série de modificações no país. De certa forma, havia uma melhoria das condições, mas, apesar disso, o poder político não era compartilhado. Todos os outros grupos que se julgavam capazes de promover modificações começaram a mobilizar-se ideologicamente e desenvolveram ações práticas para que fossem processadas também modificações do ponto de vista da representação política. E essa geração 1870 acabou por trilhar um caminho que divulgaria ideias, até então, menos conhecidas no contexto brasileiro.

Uma abordagem política do movimento intelectual: esse é o norte da análise de Ângela Alonso. E ela parte de três pilares principais:

- Estrutura de oportunidades políticas;
- Experiência compartilhada;
- As obras da geração 1870 e seu repertório.

De forma integrada, foi a decomposição de ações que ocorreram concomitantemente, mas que, para uma melhor formulação explicativa, foram analisadas separadamente pela autora. Para Ângela Alonso, esses três pontos significam a compreensão das práticas simbólicas, ou seja, a adoção de rituais, soluções teóricas, dentre outras escolhas, e ações não práticas; além da ação política propriamente dita, em meio às tentativas de representação e crítica, tanto o sistema de governo, da organização política, do sistema de representação, quanto ataques aos próprios integrantes do partido no poder, no caso, os conservadores. Passemos ao exame das três características mencionadas.

A estrutura de oportunidades políticas, nas palavras da própria autora:

“Assim, a estrutura de oportunidades políticas abre vias de ação política inéditas para agentes sociais até então aliados do sistema político. A crise expandiu a discussão dos dilemas estruturais para além do círculo da elite, configurando um espaço público paralelo à vida parlamentar. Esta conjuntura política incentivou grupos marginalizados ou insatisfeitos com o arranjo político imperial a externarem pública e coletivamente seus dissensos.”¹⁶

O trecho acima nos permite afirmar que a atmosfera criada pela evolução social nessa década do Império, combinada com novos atores capazes de participar da atmosfera política e o seu cerceamento nos mecanismos de representação resultaram em formas alternativas de expressão e ação frente às antigas oligarquias partidárias. Mas quais eram essas formas alternativas de participação? Cabe lembrarmos o primeiro texto da disciplina.

Os jornais eram veículos privilegiados para expressar ideias políticas. Mas não só eles. Livros foram publicados defendendo, enfaticamente, o fim da escravidão e da monarquia, foram críticas diretas questionando o *status quo*. Questionavam diversos mecanismos de organização presentes na sociedade e, por esse motivo, não eram meramente atos de demonstração de uma opinião, mas sim de estabelecimento de outro elemento na dinâmica política.

As obras da geração 1870 demonstravam o repertório político-intelectual dessas pessoas que questionavam a organização do poder. Joaquim Nabuco



e Miguel Lemos, pensadores notórios naquele momento, escreveram livros como *O Abolicionismo* (1883) e *O positivismo e a escravidão moderna* (1884), que defendiam o fim da escravidão sem qualquer tipo de indenização. Eram projetos para o futuro do país, partindo da análise do presente e desembocando em novas propostas, reformas do que consideravam arcaico, entrave para a evolução socioeconômica da nação.

Finalmente, resta entender socialmente de onde vinham essas pessoas, pois, de uma forma ou de outra, mesmo não estando sistematicamente organizadas, elas tinham o que podemos chamar de inimigo em comum. Nas palavras da autora:

“O movimento intelectual não é de classe média. Nenhum membro do movimento intelectual era totalmente alijado de recursos sociais e econômicos. Por definição, um movimento intelectual é um movimento de elite. Quanto mais em uma sociedade em que o acesso à educação era tão restrito. Ao contrário da maioria da população do Império, os membros do movimento tinham acesso ao diploma superior, que era também o primeiro degrau da carreira política. Tinham acesso aos meios materiais (imprensa, posição social) e intelectuais (educação superior, ingresso no universo erudito) imprescindíveis para exprimir e amplificar suas opiniões e reivindicações.”

Era, em última instância, uma elite intelectual e economicamente capacitada, reclamando de uma elite governante. E o que era questionado por essa geração de 1870?

A crítica recaída sobre os dois principais sustentáculos da ordem imperial: centralização do poder imperial e a base socioeconômica escravista. O primeiro é vinculado ao pouco espaço que se tinha para decisões locais organizadas se reverterem em possibilidades de mudanças nacionais. As decisões eram, quase em sua totalidade, produto das discussões no Rio de Janeiro. O segundo, por sua vez, era a crítica voltada à permanência da escravidão nas décadas finais do século XIX. Essas duas características eram consideradas extremamente arcaicas e, por isso mesmo, deveriam ser abolidas. Mas a visão promovia observações negativas sobre outros setores da sociedade imperial:

“o caráter oligárquico e a vitaliciedade das instituições políticas centrais; a organização escravista da produção; o caráter estamental do liberalismo político; a definição indianista da identidade nacional; o tradicionalismo e a hierarquia da sociedade imperial.”¹⁷

O que deve ser salientado é a trajetória de agravamento das críticas com relação ao regime. No texto referente ao surgimento dos partidos políticos, que tratou de um momento anterior, vimos a formação de dois grupos que não foram capazes de desenvolver um olhar de contestação mais agressivo contra o Império no Brasil. Da mesma forma que os anos passaram, a constituição social e o aparecimento de outros atores modificaram a atmosfera política, o que dotou alguns indivíduos de instrumental teórico crítico capaz de, ideologicamente, questionar o status quo. Para concluirmos, tenhamos em mente que o texto reflete sobre:

- Trajetória de agravamento das críticas ao regime;

17 *Ibidem*, p. 48.



- Período anterior compreendendo a formação dos dois principais partidos do Império;
- Surgimento de outros personagens intelectualmente capazes de participar das discussões políticas do momento;
- Crítica partindo de uma elite que não participava da dinâmica política do Império.

Sugestão de Atividade - Módulo 04:

- Qual a nova dinâmica dentro das elites brasileiras que permitiu o surgimento de grupos com ideias diferentes das presentes anteriormente na política brasileira?
- Quais eram os novos ideais projetados para a sociedade brasileira do futuro?
- Qual a relação desses projetos com os novos grupos presentes na dinâmica política?

Questão religiosa

Bibliografia Básica:

NASSIF, Douglas. **Uma análise do Catolicismo Brasileiro no Segundo Império**. In: Revista Caminhando, v. 3, n. 21, jan/mai, 2008, p. 111 - 120.

O texto de Douglas Nassif trata das diferentes correntes interpretativas da doutrina católica romana presentes no século XIX brasileiro. A principal questão do autor é investigar de que forma foram capazes de produzir um ambiente de aceitação religiosa. Ele busca responder a essa questão tratando tanto dos aspectos históricos que a precederam, quanto o próprio contexto do Império. Perceba que se trata de um texto curto, mas que trabalha com uma série de informações que podem levar o leitor a certa confusão.

Três foram os principais acontecimentos históricos que influenciaram, sobremaneira, a religião na segunda metade do milênio. Em retrocesso, percebemos inclusive que o século XVI foi fundamental para desencadear mudanças profundas no catolicismo. O primeiro deles foram as grandes navegações, que permitiram um avanço considerável da compreensão de mundo. Os europeus não conheciam, em sua magnitude, a variedade de climas e povos do globo. A partir da descoberta e do estabelecimento de rotas comerciais com a Ásia e África, a colonização da América tornou-se pauta obrigatória e o conhecimento de outros povos foi uma forma de estabelecer relações imperialistas. Esses impérios ultramarinos, ao mesmo tempo em que intentavam se fortalecer como organismos de poder centralizado, tinham que conviver com novas perspectivas culturais, sociais e econômicas para manterem-se minimamente viáveis.

Nesse contexto de ampliação da diversidade cultural, surgem contestadores da supremacia católica apostólica romana. Primeiro Lutero, depois Calvino e a monarquia inglesa. Esses movimentos de contestação da prática da fé já institucionalizada por séculos acabam por fomentar novas maneiras de interpretar as escrituras e, além disso, abrem a possibilidade de ir de encontro às estruturas estabelecidas. Obviamente, Roma não permaneceu estática vendo esses movimentos. Realizado entre 1545 e 1563, o Concílio de Trento buscou controlar os cismas evitando diálogos entre os protestantes, além de minimizar futuras fissões dentro da instituição católica. Esses acontecimentos que, *a priori*, podem parecer desconectados com a matéria de nossa disciplina, ou mesmo distantes do século XIX brasileiro, são importantes para sabermos como surgiram visões mais amenas com relação a outras crenças, partindo da própria igreja católica.

No século XIX, apareceu o pensamento Iluminista. Os seus princípios básicos - liberdade, igualdade e fraternidade - colaboravam para dar condições de expansão de outras crenças, além da católica. Uma das maiores consequências disso, no Império Ultramarino Português, foram as reformas pombalinas. O Marquês de Pombal implantou uma série de mudanças na administração portuguesa d'além mar. Dentre elas, o fim da classificação social de "cristão novo".¹⁸

À medida que o século avançou, outras mudanças foram cruciais para a

18 *Cristão novo* era uma terminologia utilizada para qualificar os recém-cristianizados, principalmente os ex-judeus recebiam esta nomeação.



ampliação, da diversidade religiosa em nosso país, mesmo que ainda tímida se comparada ao que acontecia no século XX brasileiro. Primeiramente, em 1808, tivemos a vinda da família real portuguesa, seguida da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Essa mudança trouxe um volume maior de estrangeiros e, com eles, novas perspectivas religiosas, envolvimento que resultou em diálogos, tanto com outras vertentes da Igreja católica, quanto com dissidências que por meio de cismas resultaram em religiões instituídas. Os protestantes viram no Brasil do século XIX uma oportunidade para propagar sua fé.¹⁹

O século XIX avançou e o estabelecimento do império, por meio da independência política, resultou em maior abertura com a permissão oficial de cultos não católicos, desde que fossem realizados dentro das residências, e não em público.²⁰ Houve, então, uma disseminação na igreja católica de facções propensas à abertura e uma única e forte contrária, o Ultramontanismo. Passemos a alguns comentários breves sobre cada uma delas.

O **Galicismo** foi uma vertente que pregava a superioridade dos concílios sobre as determinações papais. Além disso, defendia o fim do Padroado Régio e a independência da Igreja frente ao Estado brasileiro. O movimento teve ampla divulgação até que aconteceu o Concílio Vaticano I, que afirmava com todas as letras a infalibilidade papal. Mecanismo que garantia a perfeição das palavras do papa com relação à fé.²¹ Curiosamente, ao alegar a superioridade dos concílios, o próprio Galicismo perdeu força devido à afirmação da infalibilidade papal.

O **Jansenismo**, por sua vez, pregava ideias mais agressivas e aproximava-se muito das posturas adotadas pelas crenças protestantes. Dentre as afirmações feitas pelos jansenistas e comum às crenças protestantes, estava a superioridade das escrituras, a conversão dependia da vontade de Deus e a salvação individual não dependia da participação de um grupo específico, mas sim da própria pessoa. Obviamente, essa foi a vertente católica mais perseguida devido à sua maior agressividade.²²

A **Maçonaria** foi também um grupo representativo no que diz respeito a pôr em risco a presença ampla da Igreja católica no Estado brasileiro. Em meio a seus quadros, sempre circularam ideias, como as liberais, em favor da presença de diversas interpretações de mundo. Entre seus integrantes havia ainda aqueles professos nas mais diversas crenças. Combinando-se ideias liberais e pluralidade de crenças à ampla participação no governo imperial, claramente, teríamos um verdadeiro grupo antagonico a Igreja católica.²³

Com a realização do mencionado Concílio de Trento, ainda no século XVI, a repulência a outras ideologias religiosas se instaurou com maior firmeza nos quadros do catolicismo, mas algumas ideias demoravam a atravessar o oceano. No Brasil, só com a nomeação de bispos formados na Europa e fortemente embaixados nos preceitos do concílio, é que no século XIX poderíamos afirmar que o concílio da reforma católica entrou em cena.

O **Ultramontanismo** pregava a separação entre Estado e Igreja, pondo fim ao Padroado Régio, além de ser contrário aos movimentos citados anteriormente. Era abertamente contrário à permissividade com relação a outras crenças. Tinha um perfil tão radical que defendia, inclusive, a superioridade da Igreja católica em relação ao Estado, em função da instituição religiosa ser a "representante de Deus no mundo".²⁴

19 *Ibidem*, p. 115 a 116.

20 *Ibidem*, p. 116 a 117.

21 *Ibidem*, p. 117 a 118.

22 *Ibidem*, p. 118.

23 *Ibidem*, p. 118 a 119.

24 *Ibidem*, p. 119 a 120.



Como consequência disso, tivemos um embate entre a Igreja, que queria cumprir as determinações papais de excomungar os maçons da instituição, e o Estado Imperial que, por meio do Padroado Régio, havia bloqueado a implantação dessa determinação. Houve um atrito causado entre Estado e bispos ultramontanos – voltados para o encrudescimento da prática da fé –, em função de uma instituição que prezava pela abertura ideológica e que estava presente em diversos níveis da administração pública.

Pensem nas movimentações religiosas do século XIX como o resultado de construções históricas. Toda manifestação social é uma manifestação histórica e só ocorre num tempo e local específicos. Os homens nunca estão descolados de seu tempo - e isso nos inclui, nos dias de hoje. O contexto religioso atual, de abertura e democracia religiosa, deve muito aos homens e mulheres do XIX que, aos poucos, conseguiram firmar posições e ganhar espaço nas possibilidades de se manifestar.

Sugestão de Atividade - Módulo 05:

- Por que certas matrizes religiosas foram mais combatidas pelo clero católico, enquanto outras puderam florescer sendo mais aceitas e difundidas?
- Qual a importância dos Concílios da Igreja Católica na trajetória religiosa verificada no Brasil durante o século XIX?

Escravidão no Império

Bibliografia Básica:

COSTA, Emília Votti da. **O Escravo na Grande Lavoura**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Difel, p. 135 - 188.

O texto a ser abordado neste módulo será o primeiro a tratar da escravidão no Brasil imperial, mas teremos contato com o tema em outras oportunidades, durante a disciplina. Serão abordagens distintas, mas que colaboram para a construção de uma perspectiva mais democrática sobre o tema. O presente texto, *O escravo na grande lavoura*, trata-se de um capítulo de uma extensa obra. Em *História Geral da Civilização Brasileira*, Sérgio Buarque de Holanda - pai do escritor, cantor e compositor Chico Buarque - aglutina uma série de trabalhos que, no conjunto, tentam traçar um panorama geral da história do Brasil. Talvez possamos considerar essa a empreitada contemporânea mais bem-sucedida no que diz respeito a unir pesquisadores de renome ao redor da história do nosso país. Passemos ao texto.

A mão de obra escrava foi a principal fonte para o trabalho na quase totalidade das colônias, e esse sistema estava fortemente integrado à grande lavoura, latifúndio monocultor voltado para a exportação. No início, não havia problemas sérios quanto a entraves de qualquer tipo e a escravidão funcionava para a manutenção do fluxo de mercadorias para a Europa. No entanto, com o desenvolvimento da indústria, alguns empecilhos ideológicos começaram a ser criados e geraram resistência quanto à permanência da escravidão como fonte de mão de obra.

E por que isso começou a ocorrer? A autora explica esta alteração de postura por conta da mudança econômica causada pela revolução industrial. A concepção social consequente do novo tipo de geração de riquezas buscava, antes de tudo, um mercado consumidor. Os escravos, por sua vez, não representavam consumidores em potencial, pois não eram assalariados e não gozavam das liberdades de compra que os homens livres tinham. Curiosamente, em certas regiões, aí incluído o Brasil, a integração com os mercados industrializados reforçou o sistema escravista. A citada vocação latifundiária para exportação serviu de produtora ávida de matéria-prima para os países industrializados e até mesmo o café aqui produzido passou a servir como um estimulante para os trabalhadores que, agora, tinham de suportar uma nova rotina de atividades laborais. Dessa forma, a mesma industrialização que reforçou pensamentos contrários ao sistema escravista, em certas regiões, fortaleceu esse sistema de trabalho.

O texto se desenvolve em linguagem muito clara. O capítulo é dividido em subtítulos e naquilo que podemos chamar de índices de assuntos. Os títulos e índices de assuntos vão se sucedendo, de forma a tornar o argumento lógico. Contudo, o texto é bastante amplo e, por isso, iremos priorizar os temas mais relevantes em função dos outros tópicos abordados nesta disciplina. Um dos assuntos mais importantes e comuns às discussões sobre escravidão no Império é a transição do trabalho escravo para a mão de obra livre. Com relação ao trabalhador nacional, surgiam sempre alguns problemas. As justificativas para a dificuldades eram muitas, mas causas mais profundas existiam. Segundo o presente texto:



*"(...) a existência da escravidão, a impossibilidade de acesso à propriedade, a situação das populações rurais à margem das correntes produtivas do país, seu baixo nível de vida, em todos os valores gerados por essas experiências que explicavam sua resistência em trabalhar na grande lavoura na qualidade de assalariado. Como pretender que homens que plantavam o suficiente para sobreviver, que viviam ao Deus dará, se submetessem, em troca de parcos salários, ao penoso trabalho exigido nas fazendas."*²⁵

Em última instância, tratava-se de um contexto conturbado para a mão de obra. Os fazendeiros, acostumados a não despender maiores recursos de manutenção com sua mão de obra, acabavam negligenciando os empregados assalariados. Os trabalhadores livres, por sua vez, acostumados a sobreviver com dificuldades, não viam muita diferença em continuar vivendo como antes ou serem explorados pelos donos das novas terras a serem cultivadas. As dificuldades eram claras. Então, como solucioná-las?

Uma das alternativas seria a importação de trabalhadores e uma saída frustrada foi a vinda de chineses. Enquanto um grupo apoiava a vinda dos *coolies*, outros demonstravam interesse na contínua vinda de migrantes europeus - e o projeto vencedor foi o de imigração europeia. Os reflexos dessa política podem ser vistos até hoje. Quantos de nós temos descendência europeia? E quantos de nós descendemos de populações asiáticas? As respostas demonstram como a introdução de europeus foi muito mais intensa e determinante.

Os anos avançaram e os preços de compra e manutenção dos escravos foram inflacionados. O fim do tráfico de escravos no Atlântico, a Lei do Ventre Livre e o aumento dos movimentos abolicionistas foram fatores que contribuíram para que houvesse queda na oferta de mão de obra cativa. Entre 1870 e o início da década seguinte, o preço dos escravos atingiu o seu auge. Paralelamente, custo da manutenção também subiu. Alimentação, vestuário e outros gastos, segundo a autora, somavam de 18 a 20 mil réis por escravo. E, no decorrer dos anos de 1880, o preço dos escravos também se alterou substancialmente. Lembremos que as crianças nascidas depois da Lei do Ventre Livre eram automaticamente livres, os plantéis começaram a envelhecer e, com isso, a perder valor - três pontos negativos, claros indicativos do fim iminente da escravidão. Cada vez mais, o escravo tornava-se economicamente inviável se comparado ao trabalhador livre.

E, para sabermos quais os grupos apoiavam mais fortemente a abolição, basta seguirmos a lógica, ou seja, aqueles que menos tivessem vínculos com o modo de produção baseado na mão de obra escravista. Os setores urbanos eram campo privilegiado para o pensamento emancipador. Jornais, panfletos, livros e toda a mídia impressa, acompanhada de discursos, discussões públicas, a cultura oral como um todo, iniciaram uma apologia à libertação dos escravos. E o espaço urbano era ainda mais profícuo, pois a mão de obra escrava era menos necessária. Especificamente com relação à literatura, a autora afirma:

*"A literatura que durante muito tempo fornecera uma imagem convencional do negro, tornou-se aos poucos mais consciente dos problemas criados pela escravidão. Dos poetas, foi Castro Alves o que melhor encarnou essa tendência. Na prosa, foi Macedo, em *Vítimas e Algozes*, que personificou melhor, nessa época, a literatura militante."*²⁶

25 COSTA, Emília Votti da. "O Escravo na Grande Lavoura". In: HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Difel, p. 164 e 165.

26 *Ibidem*, p. 182.



O quadro retratado por Emilia Viotti da Costa para os anos finais da escravidão no Brasil é praticamente caótico. Fugas frequentes, movimentações sociais mais agressivas – que iam desde organização de quermesses, bingos e discursos públicos, até o estímulo a revoltas escravas - eram o contexto dos anos finais da década de 1880. A discussão política, que foi desencadeada nas décadas anteriores tomou maciçamente as ruas. Na realidade, criou-se um círculo de discussões que ia da rua ao parlamento, fortalecendo cada vez mais a vontade de pôr fim à escravidão e à formulação de leis nesse sentido. Em 13 de maio de 1888, finalmente, chegou ao fim a escravidão no Brasil.

Após assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, as interpretações com relação aos responsáveis pelo fim da escravidão se diferiam. Os abolicionistas diziam que a lei era consequência das discussões; os ruralistas, por sua vez, acreditavam que a “culpa” era da princesa regente e de seu pai, o imperador. Mas, não importando o ponto de vista da abolição, as consequências são facilmente perceptíveis até hoje. Acabou-se com a escravidão, mas não houve preocupação alguma com a vida das pessoas que deixaram de serem consideradas coisas no Brasil. Nas palavras da autora: “O ex-escravo foi abandonado à sua própria sorte.”²⁷ Voltaremos a esse assunto nos textos dos próximos tópicos.

Sugestão de Atividade - Módulo 06:

- Qual o enquadramento do escravo na sociedade imperial?
- Qual a movimentação social, apontada pela autora, para que o Brasil caminhasse para a a abolição da escravidão?
- Como ocorreu a abolição, sob o ponto de vista do apoio social ao ex-escravo no Brasil?

Escravas urbanas no Império

Bibliografia Básica:

DIAS, Maria Odila da Silva. **Nas Fímbrias da Escravidão Urbana: negras de tabuleiro e de ganho**. In: Estudos Econômicos, n.º 15 (especial), p. 89 – 109.

Escravidão - como já percebemos pela bibliografia dessa disciplina - é tema recorrente quando tratamos do Brasil Imperial e, nesse módulo, teremos mais um texto relativo ao tema. No entanto, a ótica desse texto é diferente dos demais. Temos aqui uma análise que busca entender o papel social de figuras marginais na sociedade. Notem que Maria Odila da Silva Dias, de início, na sua obra, não se voltava para o escravo da grande lavoura, ou mesmo para uma abordagem quantitativa, como veremos nos próximos módulos, mas sim para as negras de tabuleiro e ganho. Como era o cotidiano dessas personagens? De que forma desempenhavam seus papéis dentro do teatro da cidade de São Paulo, principalmente? Tais questões serão desenvolvidas durante o texto, na medida em que formos elucidando alguns pontos pertinentes para o entendimento do tema, bem como a localização do mesmo na bibliografia relacionada ao período que estamos estudando.

Esse, como todo escrito, é datado e foi facilmente percebido nos textos referentes à independência. Emilia Viotti da Costa e José Honório Rodrigues têm em mente a ideia de uma revolução se processando em meio à independência política do Brasil. Ambos são trabalhos mais antigos, produzidos nas décadas de 1960 e 1970 e tais abordagens se preocuparam em vislumbrar a Independência por meio do movimento da elite política, majoritariamente, a que rodeava ou pertencia à nobreza portuguesa. No presente caso, tratamos de um tema que vive uma alta de produção acadêmica há tempos.

Escravidão é uma das temáticas de pesquisa mais recorrentes. Façamos um breve levantamento nos programas de pós-graduação e iremos concluir que teses e dissertações sobre o assunto são frequentes. De 1985, ano que Maria Odila da Silva Dias escreveu *Nas Fímbrias da Escravidão Urbana*, até os dias atuais, temos uma ampla produção. Do mesmo modo que as fontes pertencem a seu tempo, as suas análises e a historiografia também são condicionadas pelo momento que é escrita.

A questão inicial da autora é: qual a relevância dos estudos sobre a escravidão urbana? E, na sequência, temos: qual a importância das mulheres escravas nesse contexto? Dez por cento dos escravos, no período Imperial, habitavam núcleos urbanos e, dentre elas, havia muitas mulheres. O desenvolvimento da primeira questão levou a autora a crer que, no século XIX, o grupo de cativos urbanos é representativo do ponto de vista da transição para o mercado de trabalho livre.

Nesse sentido, as escravas que trabalhavam com o pequeno comércio, na maioria das vezes, eram escravas de ganho. E o que eram estas tais **escravas de ganho**? Tratava-se de uma forma de exploração da escravidão muito diferente do que estamos habituados com relação à escravidão rural. Essas mulheres viviam, praticamente, por conta própria e repassavam parte de seus rendimentos aos seus donos e tinham maior facilidade em conseguir juntar valores para a compra da própria alforria, em função de viverem em um sistema de trabalho menos



ligado aos seus donos.

Com relação à historiografia, a autora afirma:

“As negras de tabuleiro evocam certos mitos arraigados na historiografia brasileira sobre a mobilidade social das mulatas na sociedade e do século passado. Quanto aos estereótipos femininos predominantes na época, sugerem imagens de rua, que se opõem radicalmente aos papéis sociais normativos das mulheres brancas, das classes dominantes, de reclusão e de resguardo domésticos.”²⁸

O trecho evidencia a imagem das negras de ganho, mulatas, em grande parte dos casos, numa visão dicotômica com relação às senhoras brancas livres. As primeiras viviam para o exterior das residências, voltadas para a vida pública, empenhadas em ganhar seu próprio sustento. As outras tinham que cumprir a imagem padrão esperada delas. Eram desenhadas, imaginadas socialmente, como reclusas em suas casas, vivendo para a criação dos filhos e os outros afazeres domésticos, enclausuradas, ao menos na visão de parte da sociedade.

Percebam dois pontos importantes na configuração social das escravas urbanas: em primeiro lugar, essa dicotomia entre a parte da sociedade livre e branca, cujo projeto feminino era a vida dentro das casas. Posterior a essa dinâmica e mais comum no século XIX, devido à crise de mão de obra cativa, houve a inserção, em grande escala, de trabalhadores livres vindos da Europa, muitos dos quais eram mulheres. Elas passaram a participar do mercado de pequenas mercadorias voltadas ao consumo doméstico, houve aumento da concorrência e tal adaptação revelou-se muito necessária.

A autora partiu também da ótica dos donos das escravas. O contexto urbano de plantéis de escravos no século XIX era bem específico. Na maioria das vezes, os proprietários tinham uma quantidade reduzida de escravos, os quais se tornavam mais lucrativos, em algumas situações, quando eram voltados para o ganho. Daí a necessidade de aplicar essa mão de obra em atividades de venda. Se a maioria dos pequenos plantéis urbanos era composta de mulheres, naturalmente elas não tinham muito espaço para exercer suas atividades próximas aos seus donos e a alternativa encontrada era aplicar a força de trabalho em atividades de comércio. Mas o comércio não acontecia sempre em grande empreitadas e os proprietários exploravam suas escravas por meio da venda de gêneros de consumo menores, na maioria das vezes, alimentícios e bebidas, resultando em melhor escolha.

À medida que a urbanização avançou e São Paulo cresceu, outras mudanças sociais aconteceram na província. A elite do café ganhou poder rapidamente e as diferenças econômicas geradas pelo crescimento das atividades cafeeiras geraram desigualdade social. As pessoas que desenvolviam outros tipos de práticas agrícolas acabaram tendo suas atividades menos valorizadas e isso gerou aumento de uma classe de pequenos proprietários de escravos, tanto na cidade, quanto no meio rural. É o que a autora chama de “pobreza miúda”. Essa não teve muitas alternativas de sobrevivência e a utilização dos escravos de ganho era essencial para a manutenção de certa qualidade de vida.

O crescimento dessa classe de escravos, voltados às atividades de ganho, não era visto com bons olhos pela elite. Obviamente, não tardaram em se avolumar as leis que indicavam posturas consideradas corretas para o convívio socialmente aceito. Eram consequências de problemas criados pelo comércio e pela presença das escravas de ganho. Era uma lógica simples: as negras de ganho lutavam para

28 DIAS, Maria Odila da Silva. “Nas Fímbrias da Escravidão Urbana: negras de tabuleiro e de ganho”. In: *Estudos Econômicos*, n.º 15 (especial), p. 90.



comercializar suas mercadorias, a concorrência com as outras vendedoras, de origem branca, era desleal por conta das leis discriminatórias e, obviamente, problemas criados por essas tensões incomodavam a elite econômica, que era melhor representada politicamente e que, por meio dessa representação, conseguia criar leis defendendo posturas a favor do que consideravam ordem.

Com o passar do tempo, a relação entre livres, libertos e escravos se tornou cada vez mais orgânica segundo Maria Odila:

“Entre a casa e a rua havia um desdobramento contínuo de dependências mútuas que tecia e enredava um no outro o domínio do privado e do público, de modo que qualquer trato mais constante que pudesse existir entre a senhora e a escrava foi-se diluindo com a urbanização, no comércio local, a refletir na dependência de elos que uniam entre si, nas fimbrias das classe dominantes, mulheres livres empobrecidas, escravas e forras.”³¹

Restavam ainda, para além dos relacionamentos comerciais, outros laços - e talvez os mais importantes tinham a ver com ligações familiares. A utilização de mulheres como escravas de ganho e as alforrias eram mais frequentes. Após a liberdade, as escravas não desfaziam por completo seus laços familiares. Maridos, pais e filhos (nascidos anteriormente à Lei do Ventre Livre) continuavam sendo seus parentes e, na medida do possível, sendo assistidos pelas mulheres libertas. Mais uma vez, classificavam-se como figuras à margem numa localização transitória entre o trabalho assalariado, mas ainda fortemente ligadas ao estado de escravo, mesmo que indiretamente.

É importante termos em mente que a escravidão urbana significava uma pequena parte do universo total da escravidão; as cativas urbanas eram maioria e frequentemente utilizadas como escravas de ganho. A sua utilização como forma de sobrevivência pelos donos era uma forma viável de sobrevivência. Restavam também os laços existentes com os outros membros da família que ainda viviam em situação de escravidão. De quase todos os ângulos, vemos figuras que viviam à margem e que, por isso mesmo, habitavam a linha crítica de transição entre trabalho escravo e livre.

As imagens do passado devem ser vistas como resultados de um olhar que emana do presente, mas, ao mesmo tempo, não devemos deixar de pensar nesse presente como resultado das dinâmicas sociais do passado. Ao mesmo tempo em que construímos, fomos construídos e as desigualdades atuais são flagrantes e, em grande parte, históricas. Pensemos na configuração que o texto trata e nessas mulheres trabalhadoras que faziam de tudo para prover a sua sobrevivência. Em nossa sociedade atual, onde vemos as consequências desse passado? Vamos refletir sobre isso e utilizar o que aprendemos para produzir alguma crítica sobre a sociedade em que vivemos. É uma excelente maneira de memorizar o conteúdo e, principalmente, de utilizá-lo como conhecimento transformador.

Sugestão de Atividade - Módulo 07:

- Qual a importância das escravas de ganho para a compreensão da escravidão no século XIX?
- No período que trata o texto, quais as mudanças estavam sendo processadas na sociedade brasileira do ponto de vista da escravidão?
- Explique a relação entre as mulheres donas das escravas de ganho e as próprias escravas de ganho?

Escavidão e demografia

Bibliografia Básica:

BERGAD, Laird W. **Aspectos Demográficos da Escavidão – 1720 a 1888**.
BERGAD, Laird W. In: Escavidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Trad. Beatriz Sidou. Bauru: EDUSC, 2004, p. 145 - 196.

Adentrando diretamente nos termos da discussão travada até o presente, se os primeiros textos desta disciplina foram capazes de proporcionar um conhecimento diferenciado, no que diz respeito ao tema da Independência do Brasil, este próximo texto faz uma abordagem um pouco diferente daqueles que o antecederam. Até agora, o tipo de análise que veremos ainda não foi adotado pela maioria dos autores que tivemos contato. Em *Aspectos demográficos da escavidão: 1720-1888*, Laird Bergard utiliza-se da metodologia quantitativa para processar sua interpretação sobre grande parte do período escravista brasileiro. Ele tem Minas Gerais como foco principal de análise. Como esta não é uma linguagem muito habitual, as intenções desde módulo são, em primeiro lugar, proporcionar estratégias de leitura para uma melhor compreensão dos argumentos e, em segundo plano, informar quais os conceitos devem ter maior atenção durante a leitura da bibliografia básica.

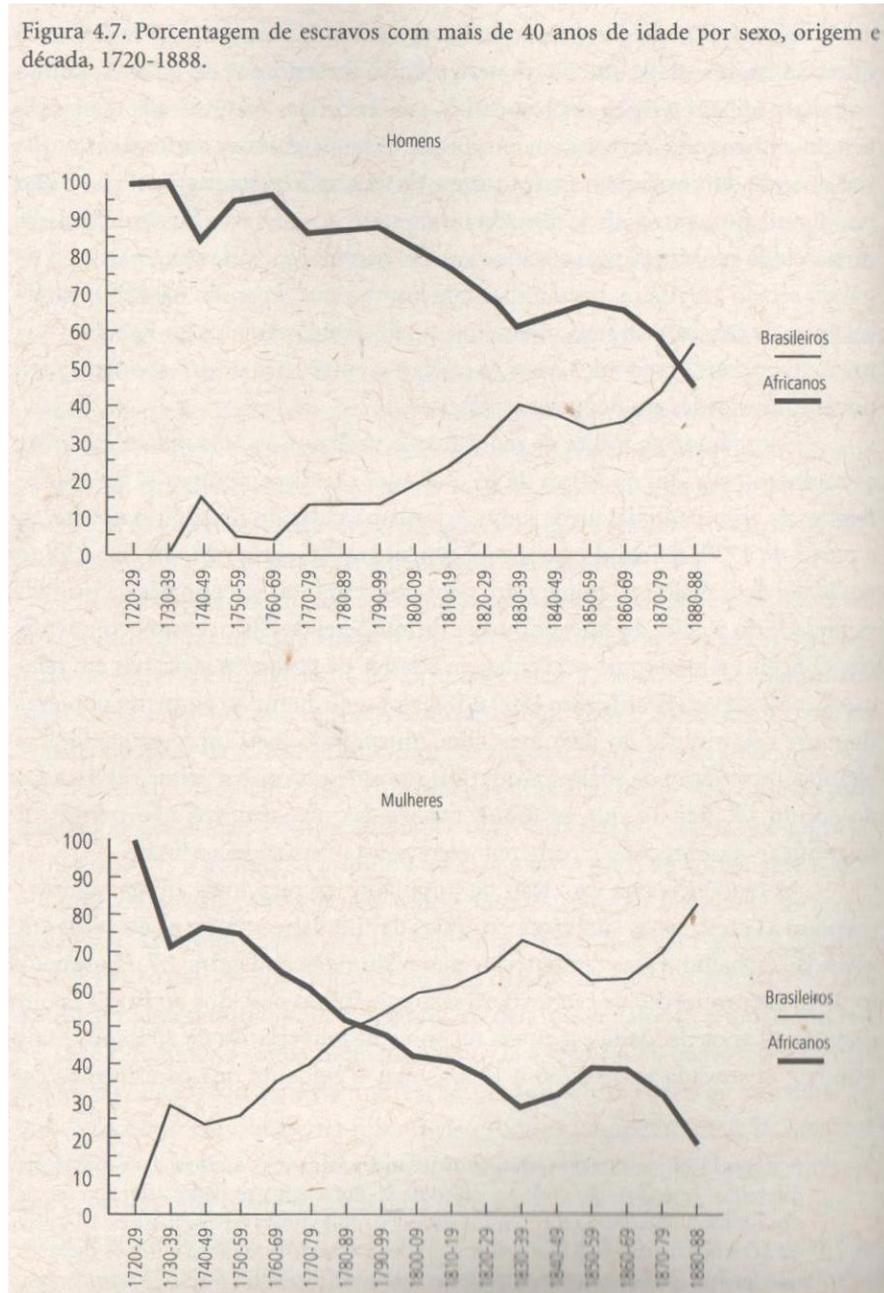
Antes de tudo, este conteúdo trata-se de um capítulo de livro, e não de um artigo. A obra *Escavidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888* é composta de cinco capítulos. Trataremos especificamente do capítulo 4. Tenhamos em mente que é um fragmento de uma obra maior e que, por isso, a todo momento há menção ao que já foi trabalhado. Ainda assim, o que temos em mãos pode ser entendido, em si mesmo, devido à alta carga de documentação analisada.

Além disso, a maneira como o autor escreve permite que tenhamos acesso a informações valiosíssimas referentes a esse recorte temporal e seus objetos. O marco inicial da análise é o ano de 1720, ainda no período colonial. Como já vimos em outras oportunidades, a história trata-se de uma ciência que busca entender tanto as rupturas quanto as continuidades. O presente texto contribui para que percebamos estas duas perspectivas no que se refere a história da escavidão no Brasil, mas, mais especificamente, com um olhar apurado sobre o que conhecemos hoje sobre o nosso estado de Minas.

O autor trabalha com uma série muito variada de gráficos e tabelas. Observando os títulos e as legendas, podemos inferir sobre o período retratado, a região, etc. É importante repousar o foco das observações nos diferentes tipos de gráficos apresentados pelo texto. Gráficos de linha e pirâmides etárias são os mais recorrentes em todo o livro, e não é diferente no trecho que estamos tendo contato. Os dois gráficos apresentados abaixo são análises comparativas entre a população de escravos nascidos no Brasil e de escravos africanos:



Figura 4.7. Porcentagem de escravos com mais de 40 anos de idade por sexo, origem e década, 1720-1888.



Desenho 1: BERGAD, Laird W. Aspectos Demográficos da Escravidão 1720 a 1888. BERGAD, Laird W. In: *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Trad. Beatriz Sidou. Bauru: EDUSC, 2004, p. 224.

Por meio deles, percebemos que as linhas, tanto aquelas que tratam das mulheres quanto dos homens, se encontram, ainda que em momentos diferentes. Esse é o ponto que a população deixa de ser, majoritariamente, de pessoas vindas da África, por meio do tráfico, e tornam-se escravos nascidos no Brasil, sejam filhos de africanos ou de escravos já nascidos aqui. Vamos tentar entender como o texto trabalha as informações contidas no gráfico. De que forma o autor interpreta esses dados? Percebam que as representações visuais são como textos que podem ser lidos individualmente. O que, de fato, quer dizer o encontro das duas linhas? Por que ocorrem, em momentos diferentes, quando tratam de sexos diferentes? Vejamos a tabela que segue:

Tabela 4.3. Status familiar dos escravos por nacionalidade, 1715-1888.

	Nascidos no Brasil	Nascidos na África	Totais
Pai casado	322	741	1.063
Pai não-casado	31	27	58
Mãe casada	695	438	1.133
Mãe não-casada	1.656	535	2.191
Menino, com pai e mãe	1.286	6	1.292
Menino, com mãe apenas	2.113	13	2.126
Menino, com pai apenas	34		34
Menina, com pai e mãe	1.241	1	1.242
Menina, com mãe apenas	2.343	16	2.359
Menina, com pai apenas	29	2	31
Homem, casado, sem filhos	549	1.286	1.835
Mulher, casada, sem filhos	954	749	1.703
Neta	29	1	30
Neto	34		34
Viúva	51	24	75
Viúvo	6	24	30
Sobrinha	18		18
Sobrinho	18	1	19
Tia	31		31
Tio	26	1	27
Avó	13	13	26
Avô	2	8	10
Irmã	1.308	5	1.313
Irmão	1.313	5	1.318
Total com laços de família	14.102	3.896	17.998
Total de escravos com nacionalidade conhecida	63.894	39.328	103.222
Porcentagem do total de escravos com status de família	22,1%	9,9%	17,4%
Porcentagem do total de escravos com status de família, nascidos no Brasil e nascidos na África	Nascidos no Brasil		78,4%
	Nascidos na África		21,6%
Porcentagem de escravos por sexo com status de família (total de escravos com sexo conhecido)	Homens	8.751	44,1%
	Mulheres	11.106	55,9%
	Total	19.857	100,0%

Desenho 2: BERGAD, Laird W. *Aspectos Demográficos da Escravidão 1720 a 1888*. BERGAD, Laird W. In: *Escravidão e História Econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Trad. Beatriz Sidou. Bauru: EDUSC, 2004, p. 235.

Com o título Status familiar dos escravos por nacionalidade, 1715-1888, ela exhibe os dados de todo o período estudado, entre os anos de 1715 e 1888. Ela demonstra a configuração familiar dos escravos, com números totais e relativos. Percebam como a tabela, sem apresentar frases e parágrafos é capaz de informar muita coisa. Fica claro que o desenraizamento, ou seja, a retirada abrupta e repentina, a contragosto, gera entre a população de escravos africanos uma quantidade muito menor de laços familiares do que entre a população dos escravos nascidos no Brasil.

Ainda não tratamos dos aspectos metodológicos da obra. Hoje em dia, temos um volume muito grande de dados e informações no que diz respeito à constituição populacional atual. Os censos são confiáveis e obedecem a procedimentos padronizados. Gráficos e tabelas como estas podem ser produzidas com grande facilidade, pois a maior parte dos dados referentes ao século XX está disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).³² Confirmam este website e percebam como cada cidade, região e estado formam bancos de dados repletos de informações. Diferentemente disso, ao nos voltarmos para os séculos anteriores, as dificuldades são imensas. Não havia computadores nem outras invenções tecnológicas que facilitam a vida dos demógrafos hoje em dia.

Ao realizar o estudo sobre a escravidão, Laird Bergard teve que utilizar outras fontes, as que o período produziu. Apenas algumas listas nominativas, que se

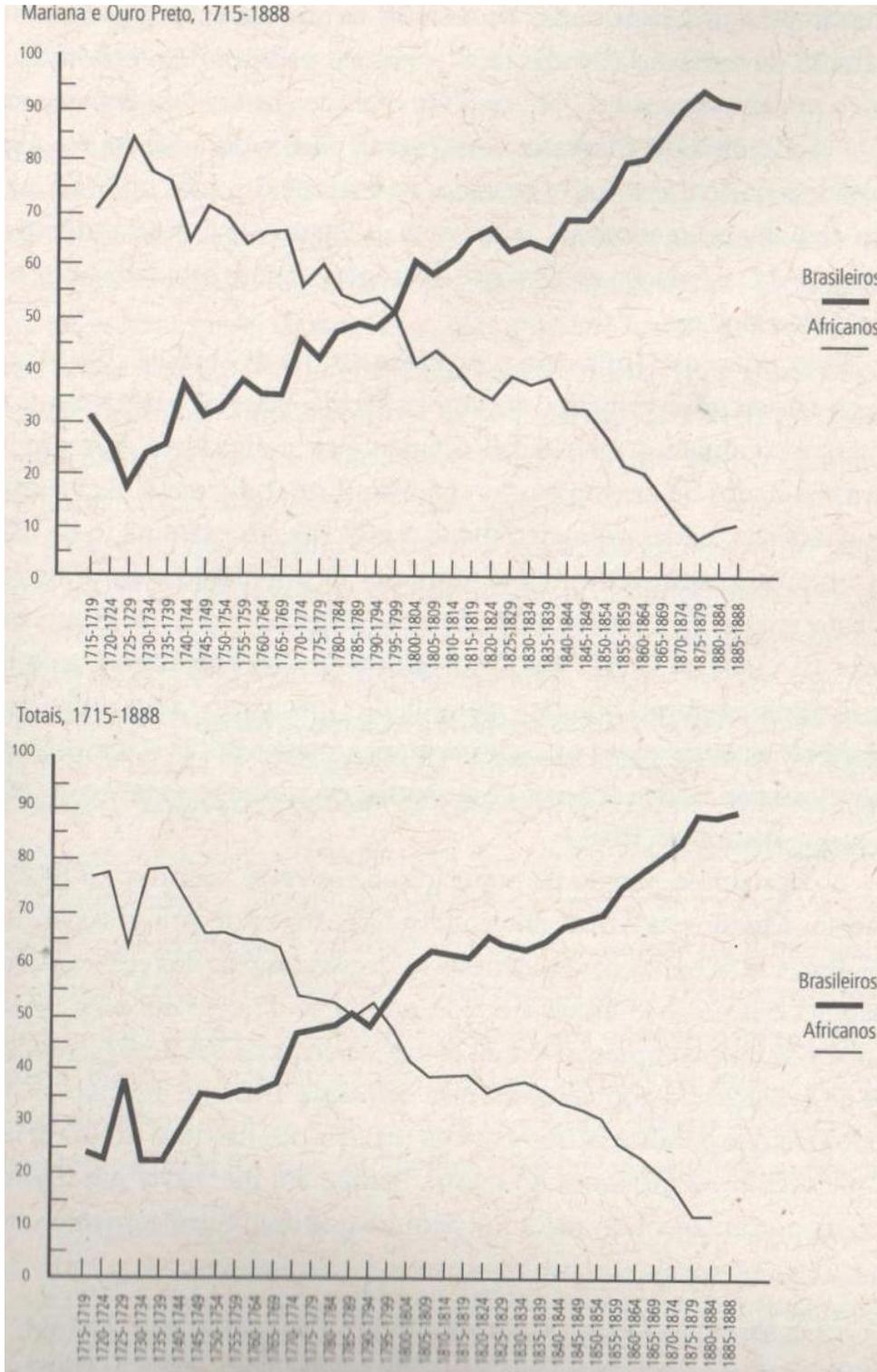


tratavam de contagens com dados dos habitantes das localidades que não se revertiam em abordagens em nível nacional. A alternativa foi a sua utilização combinada com outros documentos de ordem cartorial, que não tinham a função específica de obter perfis populacionais.

Assim sendo, o autor utilizou-se de inventários *post mortem*, em sua maioria. Esses inventários tinham a mesma função que tem hoje em dia, contudo, as diferenças significativas são de ordem de conteúdo. Hoje, só os bens mais valiosos e dignos de partilha pelos descendentes do falecido são listados. Mas, quando observamos esses documentos produzidos no século XVIII, percebemos que toda a ordem de itens é descrita: colheres, ceroulas, meias, garfos e outros objetos eram caracterizados e avaliados nos mínimos detalhes. E, por se tratar de uma sociedade escravista, em que pessoas eram donas de outras pessoas, sua mão de obra, os escravos, também era listada.

A escravaria era descrita quase como gado, incluindo idade, estado de saúde, sexo, naturalidade, laços familiares, alguma especialidade profissional - se possuísem - e, principalmente, preço. Tais dados aparecem, em geral, com riqueza de detalhes decrescente em direção ao nosso tempo. Vemos a documentação entrar no século XIX com menor número de itens descritos e, no século XX, encontramos a configuração atual, tendo apenas os bens de maior valor avaliados.

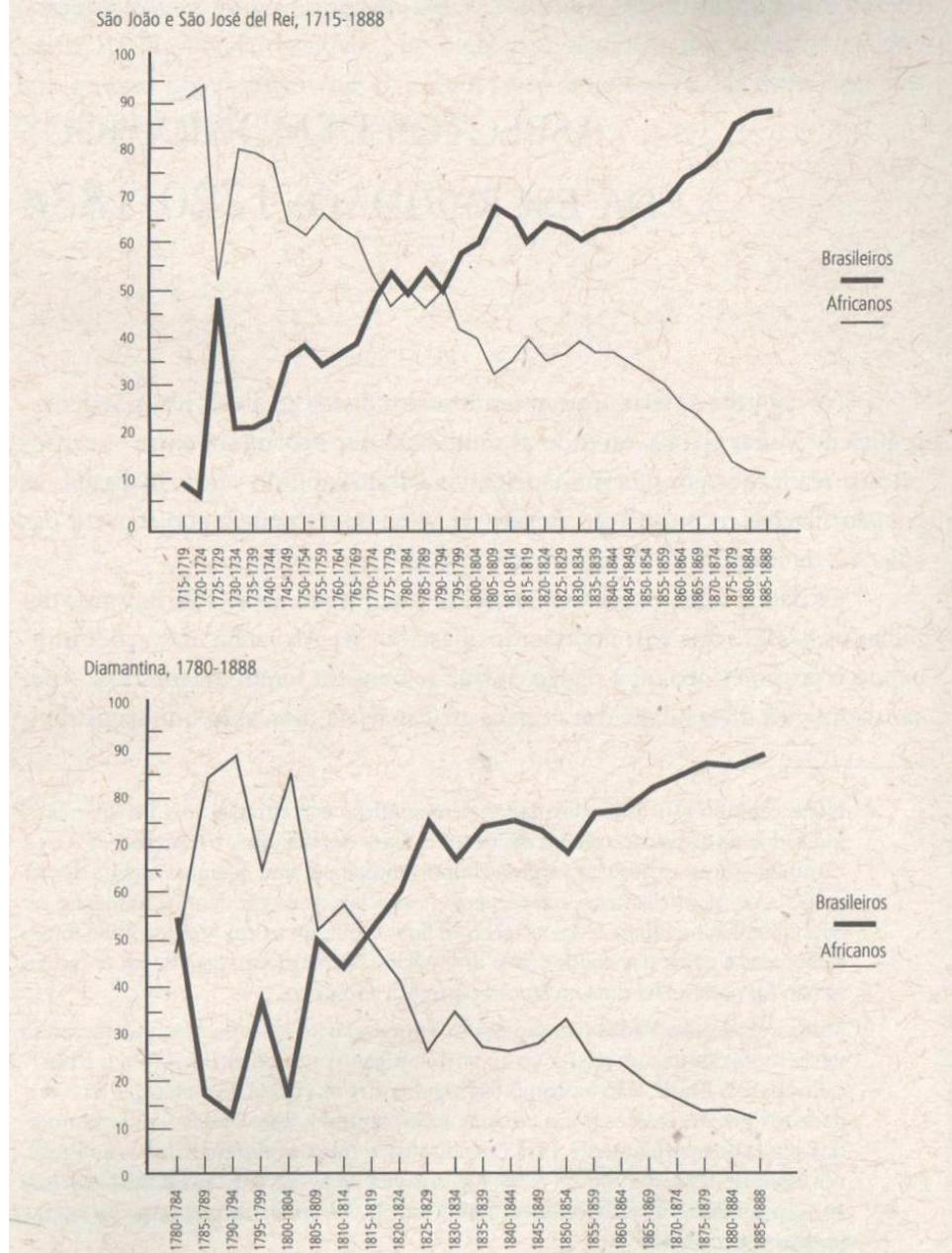
O capítulo que analisamos tem como cerne a percepção de como os plantéis de escravos mudaram no período de 1715 a 1888. Passemos à análise de alguns dados. O primeiro deles: a proporção entre escravos naturais da África e os já nascidos no Brasil são entendidos, pelo autor, como um índice de natividade. Ou seja, o volume de escravos brasileiros aumentando em relação aos vindos da África significava o aumento da tendência de formação de famílias e a reprodução frente ao tráfico de africanos, conforme demonstram os gráficos abaixo:



Desenho 3: BERGAD, Laird W. Op. Cit., p. 198.



Figura 4.1. Escravos por origem em períodos de cinco anos nas diferentes regiões (como porcentagens dos totais), 1715-1888.



Desenho 4: BERGAD, Laird W. Op. Cit., 199.

As três regiões analisadas (São João e São José del Rei, Diamantina e Mariana e Ouro Preto), por se encontrarem em diferentes situações econômicas e, por isso mesmo, demandarem um volume diferente de mão de obra, têm gráficos que demonstram diferenças na evolução da presença de africanos e brasileiros. Percebam as diferenças e criem vínculos entre essas especificidades e a situação econômica das localidades no momento em que há a superação dos nativos.

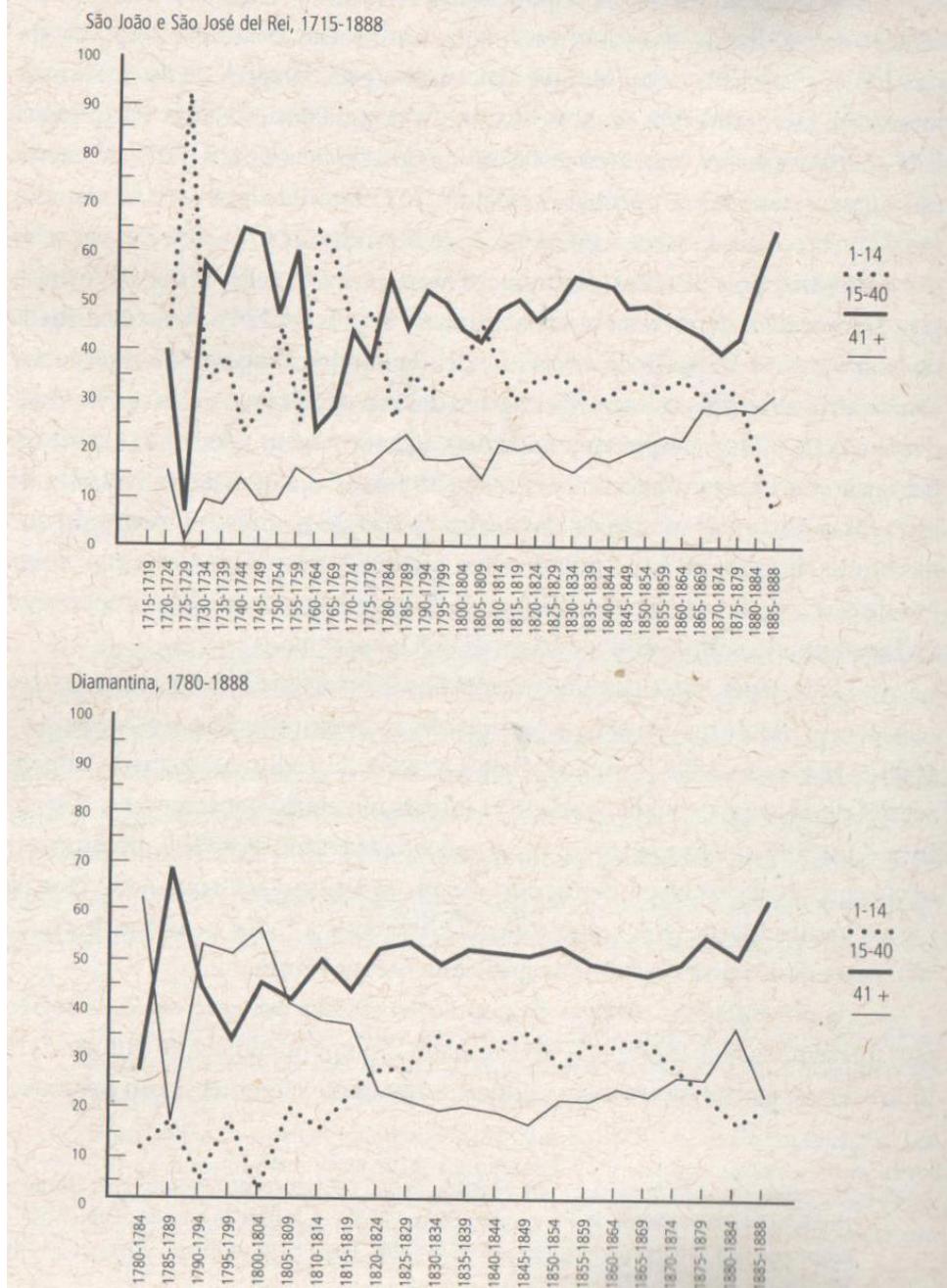
Outro ponto importante de ser notado na análise: refletimos sobre a idade produtiva de um trabalhador. Durante a vida, atingimos o que podemos chamar de idade madura - dependendo da atividade que exercemos - na qual temos uma produtividade estável durante determinado tempo.

Vejamos o caso dos professores, a título de exemplo. Temos uma vida profissional relativamente longa, após nos tornarmos aptos para exercer a função, poderemos permanecer trabalhando por um grande período, desconsiderando alguns acontecimentos aleatórios que, eventualmente, possam nos impedir.

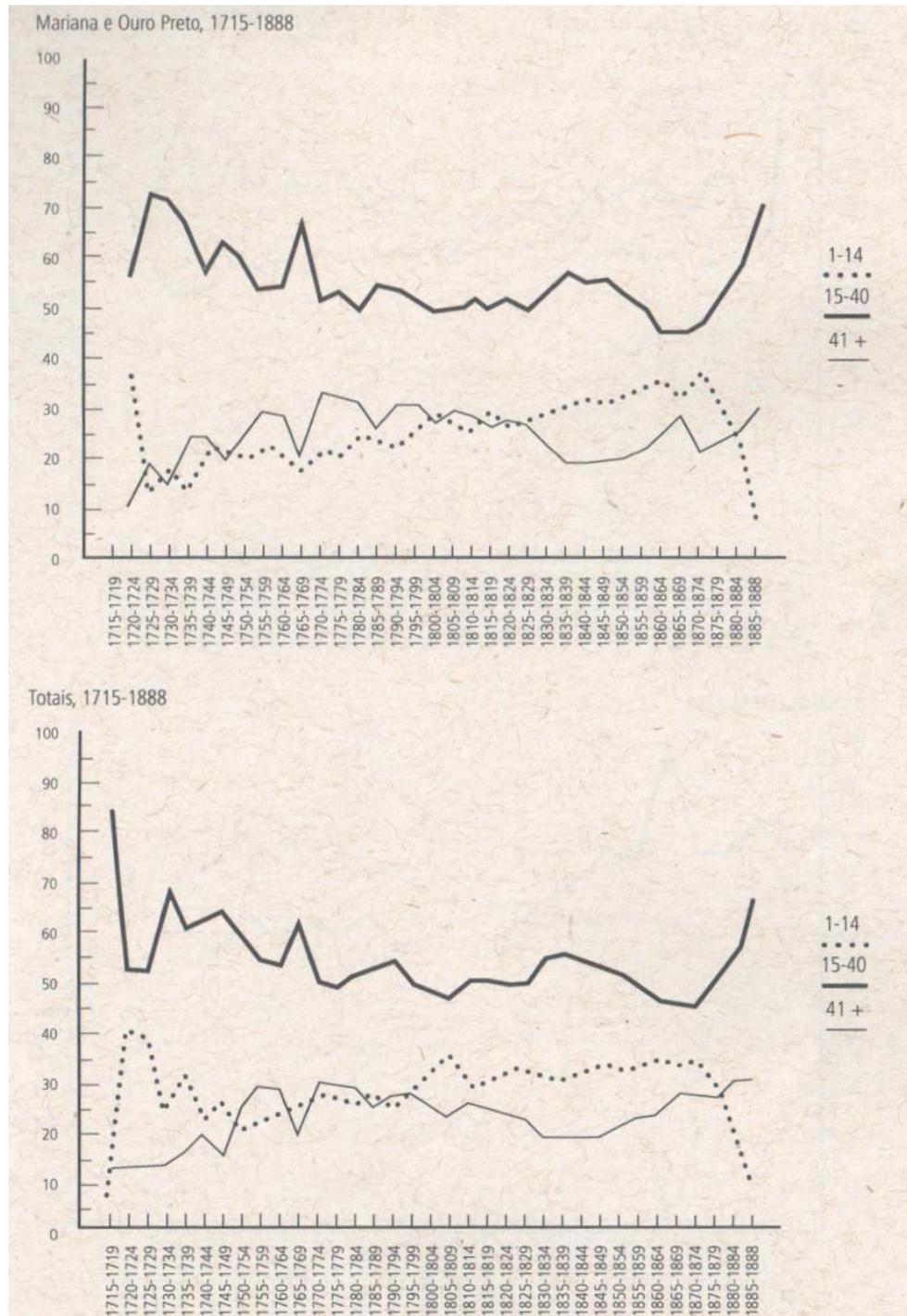


Já os escravos, por outro lado, tinham funções ligadas ao trabalho braçal, na maioria das vezes. O autor aponta que a vida útil produtiva compreendia-se dos 15 aos 40 anos. Antes disso, a formação física e psicológica impedia uma produtividade mais considerável e, no momento posterior, havia uma queda devido ao envelhecimento.

Figura 4.2. Escravos por faixa etária em períodos de cinco anos nas diferentes regiões (como porcentagens dos totais), 1715-1888.

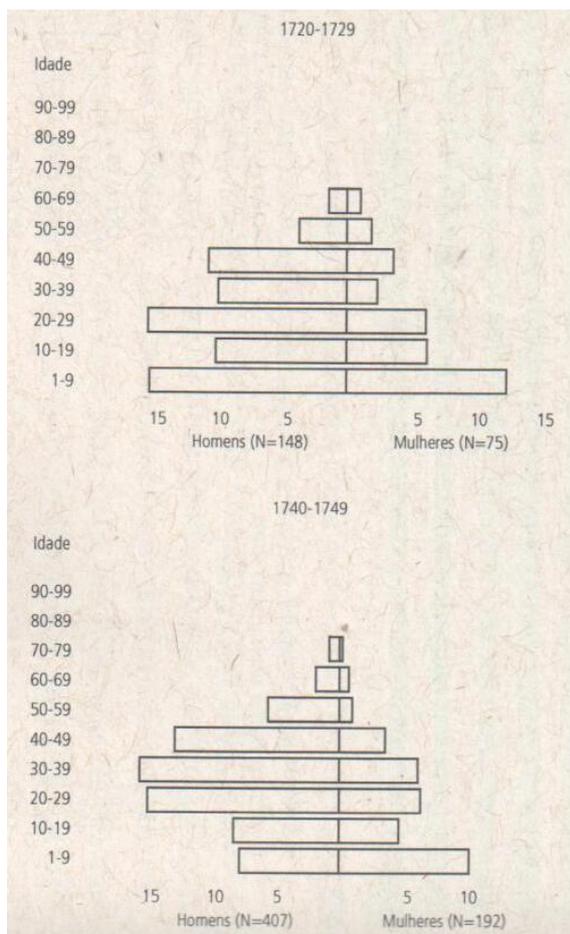


Desenho 5: BERGAD, Laird W. Op. Cit., 208.

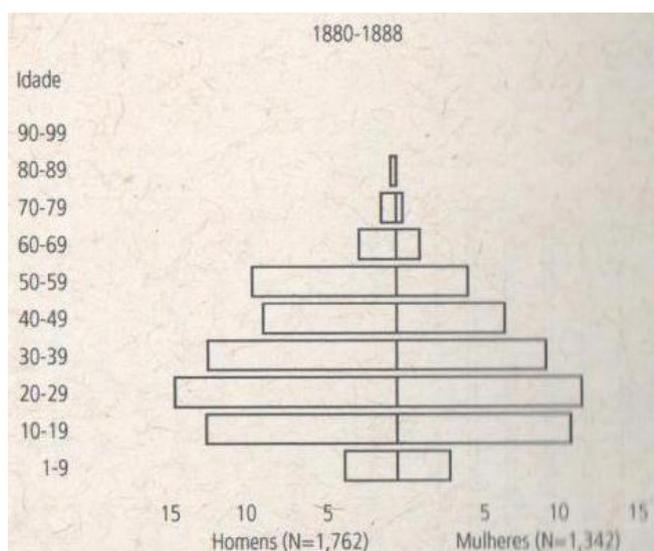


Desenho 6: BERGAD, Laird W. Op. Cit., p. 209.

Percebamos, nos gráficos acima, como a tendência geral era de que a quantidade de escravos dentro da faixa etária produtiva fosse maior que as outras duas. Podemos, inclusive, atestar a qualidade dos plantéis da localidade por meio desse índice. Mariana e Ouro Preto, por pertencerem à região economicamente mais ativa de Minas conseguem manter plantéis de melhor qualidade produtiva. Outro dado interessante para a análise populacional são as pirâmides etárias. E o que são as pirâmides etárias? Vamos analisar os gráficos abaixo:



Desenho 7: BERGAD, Laird W. Op. Cit., p. 214.



Desenho 8: BERGAD, Laird W. Op. Cit., p. 218.

O autor, por meio do acesso aos inventários, pode estabelecer as idades e o sexo dos escravos que foram descritos. Depois disso, operou uma divisão da população em grupos etários. Levando em conta os dados de Bergard, percebemos que a divisão é feita de dez em dez anos. Quanto maior a quantidade de indivíduos com determinada idade, maior é a linha dentro da pirâmide. Há ainda a separação entre homens e mulheres. Com todas essas informações representadas chegamos aos gráficos que vemos. Quanto maior a



base da pirâmide, maior o número de nascimentos ou importação de crianças. A ponta da pirâmide sempre é menor por se tratar das faixas etárias de idades mais avançadas e por isso mesmo menor número de pessoas. Uma pirâmide de população convencional, que não teve acréscimo por meio de movimentos migratórios, tende a ser mais ou menos regular, partindo de uma base larga e evoluindo para um topo estreito. O que ocorre na sequência de pirâmides que vemos é a evolução da população escrava à medida que o tempo passa e o tráfico tornando-se menos volumoso.

Outros muitos dados aparecem no texto, como taxas de natalidade, mortalidade, capacidade reprodutiva do plantel, relação entre a quantidade de mulheres e homens, profissões declaradas nos inventários, vínculos familiares. O mais importante neste texto é a percepção de que a mão de obra escrava, no Brasil, foi tratada como um dos vários bens que as pessoas possuíam. Os escravos eram objetos vendidos, comprados e utilizados como recursos produtivos. A quantidade de pessoas do sexo masculino e feminino, bem como as idades e naturalidades, variavam conforme as necessidades de mercado. Ainda assim, tratava-se de pessoas. E pessoas que constituíam famílias, casavam-se, tinham filhos, algumas vezes se especializavam em determinadas profissões e, por isso mesmo, tinham capacidade de dominar alguns aspectos de suas vivências. Essas duas forças que regiam as vidas dos escravos, ao sabor da economia, vontades políticas e novas compreensões sociais, moldaram a escravidão no Brasil.

De forma geral, o primeiro contato com esse tipo de análise histórica é um tanto arenosa. É comum que a maioria esteja acostumada com abordagens menos técnicas e mais impressionistas relativas a nosso passado. Contudo, é importante considerarmos ambos os discursos e metodologias válidas. Afinal, na vida, nem sempre somos apenas indivíduos, em grande parte das situações somos representados como alguns números.

Sugestão de Atividade - Módulo 08:

- Quais as diferenças entre as escravarias, levando-se em consideração as atividades econômicas desenvolvidas nas diferentes regiões de Minas Gerais?
- No decorrer do século XIX, aconteceram transformações na estrutura etária dos plantéis de escravos. Quais foram os fatores que determinaram essas alterações?
- Quais leis cooperaram com a modificação da estrutura demográfica dos escravos no século XIX?

Censos no Brasil Imperial

Bibliografia Básica:

BOTELHO, Tarcísio R. **Censos e construção nacional no Brasil Imperial**. In: Tempo Social: Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321 – 341.

Até o presente momento esta disciplina já avançou muito em diversas vertentes de análise sobre o Brasil Imperial. O último módulo foi dedicado às interpretações de Laird Bergad. Nele, vimos como a demografia da população escrava se alterou, na medida em que ocorreu uma série de transformações sociais. O estudo das fontes demonstrou que, de uma formatação de população migrada, o perfil populacional dos cativos evoluiu proporcionando uma perspectiva mais próxima da encontrada na população livre.

Já o texto deste módulo, de Tarcísio Botelho, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, parte de uma abordagem bem diferente relativa à história quantitativa, tentando entender a construção social dos censos que surgiram durante o século XIX. O ponto principal de seu argumento é que a realização de contagens populacionais serviu para a compreensão da constituição do povo. A consequência disso é a construção de uma ideia sobre a nação e, por meio dessa, a solidificação de ações afirmativas voltadas para o perfil populacional.

Se pensarmos na perspectiva dos políticos brasileiros do século XIX, veremos que eles pertenciam a uma classe economicamente destacada. Mas, então, como lidar com uma população que era, majoritariamente, cerceada da participação política? A resposta para esta questão pode estar no conhecimento de como essa sociedade se configurava. Perceba que os censos atuais não fogem muito desta mesma lógica. Um governo se propõe a conhecer seu povo e esse conhecimento se reverte em políticas de governo, não só voltadas para melhorias nas condições de vida, mas também vinculadas ao controle social da população. Exemplo disso pode ser uma educação voltada não para o desenvolvimento intelectual do indivíduo, mas objetivando uma doutrinação do comportamento. A noção de nação formada estava vinculada ao sentimento de unidade, e esse sentimento de unidade passava pelo auto conhecimento e controle da população por parte do governo. Sobre o conceito de nação no século XIX, nas palavras de Tarcísio Botelho:

“(...) parece-me claro que o Brasil do século XIX foi marcado por essa transformação profunda do significado de nação, bem como da sua ampla articulação com o Estado. Se aceitarmos essas considerações, o estudo do processo de construção da nação do Brasil deve necessariamente fazer-se a partir do estudo do seu período imperial.”²⁹

Para o autor, o século XIX fez com que a ideia de nação se solidificasse ao redor da noção de Estado. Ou seja, a nação brasileira só tornava-se viável, principalmente para a classe dirigente, na medida em que estivesse vinculada ao Estado. Assim, conhecer a população, era imprescindível para o bom governo. As

29 BOTELHO, Tarcísio R. “Censos e construção nacional no Brasil Imperial”. In: Tempo Social: Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, v. 17, n. 1, p. 322.



contagens populacionais portuguesas, envoltas nos conceitos hierarquizantes do Antigo Regime, se preocupavam muito em definir a origem das pessoas e, por meio dela, entender onde elas se localizavam na pirâmide social.

Então, acompanhada da imprecisão com relação às idades das pessoas, havia uma preocupação com relação à cor da pele, à condição de livre ou escravo, à região de origem africana e, principalmente, à posição social. Esta posição social era representada tanto com relação aos domicílios, que eram numerados, quanto no que se referia à própria constituição interna dos fogos – nome utilizado para domicílio nas listas populacionais. Essas mesmas preocupações continuaram presentes nas listagens durante o Império.

Veja este exemplo da Lista Nominativa de Mariana em 1831:

Nº do fogo	Nº no fogo	Nome	Idade	Qualidade [cor]	Estado [Civil]	Condição	Ocupação
160	1	Reverendo Miguel Archanjo da	34	branco		livre	sacerdote, mestre de gramática latina
	2	Anna Francisca	40	crioulo		S/ inf.	costureira
	3	Joaquim	20	crioulo		S/ inf.	alfaiate
	4	José	12	crioulo		S/ inf.	
	5	Manoel	40	crioulo		escravo	
	6	Marcelino	38	crioulo		escravo	
	7	José	20	africano/ preto		escravo	

Tabela 1: Lista Nominativa de Mariana, fogo 160, 1831.

As listas nominativas trataram de contagens locais que eram remetidas a autarquias político-administrativas superiores. Como o exemplo demonstra, há uma numeração que indica a localização da residência em função da localidade - nesse caso Mariana - e a localização do indivíduo em relação ao núcleo familiar. No exemplo, temos sete indivíduos. Um sacerdote e os que, aparentemente, são seus serviçais. Três deles, confirmadamente, escravos e três sem informação específica. Percebemos uma formação domiciliar típica de um sacerdote, mas se nos voltássemos para uma casa onde vivesse uma família constituída de pais, filhos e agregados, perceberíamos também suas peculiaridades. Com o pai sendo listado acima, a mãe em sequência, os filhos, agregados e escravos (quando fizessem parte do domicílio) terminariam a lista. Observem que a representação hierarquizada é quase que fractal, partindo de uma estrutura maior e se replicando nas suas subdivisões internas. Da mesma forma, partimos de uma família hierarquizada, uma cidade hierarquizada, uma província e, assim por diante, até as representações metafísicas de poder divino.

Esta repetição de classificação da tentativa de compreensão numérica em larga escala, de que tratavam os censos, para o autor, é uma característica marcadamente brasileira. No tocante ao resto da América, há uma maior descontinuidade com relação tanto às formas de governo, quanto ao aparato administrativo. Tudo isso resulta em uma ruptura mais agressiva. Segundo Tarcísio Botelho, o caso brasileiro representa uma continuidade tão marcante que, somente depois de findo o Império, com a implantação da República, adotávamos sistemas mais modernos de contagem populacional.

Há também uma dificuldade da própria população em entender o valor dos censos. Já no Segundo Reinado, com maior estabilidade política - passado pelo Primeiro Reinado e pelo conturbado Período Regencial -, havia um projeto de



contagem nacional. Leis foram discutidas e promulgadas durante os anos finais da década de 1840. Na década de 1850, o orçamento previa o gasto com um censo nacional, que não obteve palavras contrárias no parlamento. Perceba como a elite política preocupava-se em desenvolver um conhecimento mais sistemático relativo à população como forma de melhorar as condições de governo. Vemos, mais uma vez, a clara ligação entre o entendimento do que seria uma nação e à sua necessidade de estar ligada ao Estado.

Infelizmente, isso não ocorre da maneira esperada. Durante as tentativas de contagem não há, como já foi dito, um sentimento de unidade e, conseqüentemente, o censo é encarado como o primeiro passo para intervenções danosas por parte do Estado. Na revolta popular do Nordeste, os medos vinculados à contagem eram vários, dentre eles, o recrutamento militar, o aumento de impostos e até reescravização da população livre. Na visão do autor:

“Pode-se dizer que o censo de 1852 fracassou porque ainda não havia condições mínimas de reconhecimento, por parte da população brasileira, de que ela realmente se integrava a essa comunidade ampliada. Creio ser possível afirmar que, quando se intentou, em 1852, medir a nação, aqueles que eram vistos como seus componentes não se sentiam como tal. Percebiam, no máximo, a presença ameaçadora do Estado; não conseguiam, ademais, ver-se refletidos nele.”³⁰

Quase 20 anos se passaram até que o problema dos censos voltasse à pauta política. No início da década de 1870, duas discussões ocupavam, com maior afinco, o parlamento: a Lei do Ventre Livre e a ampliação do atendimento educacional público. Ambos necessitavam de um panorama populacional amplo para que fossem implantados. O número de escravos potenciais para a reprodução, de crianças no que era considerado idade escolar e a própria definição do que seria a idade escolar eram dados importantes no curso do desenvolvimento de ambos os projetos. Mas não só os políticos se preocuparam com a criação de um banco de dados referente à população brasileira.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicou uma série de trabalhos que demonstravam clara preocupação sobre conhecimento populacional. Os textos iam desde visões mais gerais, como Divisão eclesiástica do Brasil, pelo Desembargador Antônio Rodrigues Velloso, até textos que tratavam de províncias específicas, como População da capitania do Mato Grosso em 1800 e Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo. Todos eles demonstram uma disseminação da proposta de conhecimento da nação.

Finalmente, todos esses anseios com relação ao conhecimento populacional foram saciados na década de 1870:

“Alguns anos após a realização dos trabalhos censitários, em 1878, os resultados eram publicados. O censo de 1872 foi bastante eficaz em dar uma resposta ao anseio da elite letrada imperial por uma descrição da nação, a qual refletia em suas clivagens aquilo que a elite gostaria de ver: uma nação homogênea quanto aos aspectos culturais, mas hierarquizada quanto à sua condição social e quanto à cor. A preocupação com a cor seria o foco das indagações, nas décadas seguintes, acerca dos destinos da nação. Nessa época, estava sendo alvo

30 BOTELHO, Tarcísio R. “Censos e construção nacional no Brasil Imperial”. In: *Tempo Social: Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo*, v. 17, n. 1, p. 330.



*de reelaboração por parte de uma nova geração de intelectuais, que passava a se preocupar com a questão racial.*³¹

Contudo, só veríamos dados mais precisos com relação à ocupação e rendimentos nos primeiros censos da República. Esses dados demonstrariam tanto uma preocupação com o esquecimento do período escravista, quanto uma visão negativa da população crescentemente mestiça, ou mesmo outras prioridades na compreensão censitária que não fossem raciais. Partiu-se para explicações alternativas às anteriores e, por meio delas, a possibilidade de outras compreensões do país.

Sugestão de Atividade - Módulo 09:

- Quando um governo tenta conhecer seu povo, uma série de motivações está por trás da contagem. Quais são as motivações citadas pelo autor no texto?
- De que forma censos podem ser utilizados como informações voltadas para políticas populacionais?
- Estabeleçam paralelos entre os censos do século XIX e os do presente. Quais mais agressivas são notadas na metodologia utilizada e nas intenções governamentais?

Lei de Terras

Bibliografia Básica:

FONSECA, Ricardo Marcelo. **A Lei de Terras e o Advento da Propriedade Moderna no Brasil**. In: Anuario mexicano de história del derecho, Mexico, XVII, 2005, p. 97 - 112.

Estamos nos aproximando dos momentos finais de nossa disciplina e esperamos que este passeio pela historiografia brasileira referente ao Império esteja sendo prazeroso. Passamos pelo processo de Independência, conhecemos algumas interpretações referentes à dinâmica partidária, vimos alguns trabalhos sobre escravidão e demografia e, agora, teremos contato com uma abordagem jurídico-histórica. O texto “A Lei de Terras e o Advento da Propriedade Moderna no Brasil”, escrito pelo jurista Ricardo Marcelo Fonseca, trata-se de uma análise histórica da formação do conceito moderno de propriedade no Brasil, mais especificamente, a propriedade privada com ênfase na posse de terra.

Logo no início do texto, o autor demonstra seu domínio do conceito contemporâneo de histórica acadêmica. Perceba a presença massiva de historiadores que trabalham com o tema, muito bem articulados com juristas. Dê especial atenção à construção histórica do conceito de propriedade da terra. Mais uma vez, vemos uma lógica de posse de terras que permeia grande parte da história do Brasil, começando com a implantação das atividades extrativistas, sendo reforçada na implantação das grandes lavouras e perpassando o período de extração aurífera. A lógica da posse estava ligada à conquista, ocupação e cessão de direitos pelo Estado. Esse percurso lógico estava imbricado com a estrutura político-administrativa, e o resultado esperado, a posse de terras, estava intimamente ligado à capacidade dos indivíduos de se bem relacionar com os donos do poder, ou mesmo de se tornar um potentado entre eles.

Sintetizando sua proposta analítica o autor afirma:

“o propósito deste artigo é o de, localizando a noção de propriedade como uma noção profundamente histórica, perceber o território histórico com que essa noção – tão cara ao direito privado moderno – torna-se tão central e semanticamente próxima ao modo como hoje entendemos; a partir daí, verificar de modo particular como essa passagem se dá no caso brasileiro, ou, em outras palavras, verificar como se dá, em linhas gerais, o processo histórico jurídico da passagem de uma propriedade pré-moderna a uma propriedade moderna no Brasil, o que vem à luz, a nosso ver, pelo advento da lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, editada no recém-independente império brasileiro, e que ficou mais conhecida como Lei de Terras.”³²

Como no módulo anterior, com o texto de Tarcísio Botelho, este autor trabalha considerando o caso brasileiro atípico dentro da América. Uma vez

32 FONSECA, Ricardo Marcelo. “A Lei de Terras e o Advento da Propriedade Moderna no Brasil.” In: Anuario mexicano de história del derecho, Mexico, XVII, 2005, p. 98.



mais, nossa diferenciação foi produzida pela dinâmica entre a peculiaridade do Estado português na Europa e a marcha que a empreitada colonizadora adquiriu aqui. Nesse sentido, temos não uma mera continuidade, mas o resultado de um diálogo entre os dois lados do Atlântico e ainda os intercâmbios com os territórios vizinhos. Mas qual foi esse trajeto do conceito de “coisa” não atrelada à posse de um indivíduo?

Segundo o autor, no período medieval as coisas, os objetos, a terra, tinham um primado sobre os indivíduos. De forma simplista um feudo medieval era uma terra que possuía pessoas. O senhor feudal, na maior parte da Europa, dominava a terra e a posse desta passava para um filho seu, posterior ao falecimento do pai, ou seja, a direção do feudo era hereditária. Da mesma forma, ocorria com os servos. Eles nasciam num feudo e vivam nele, praticamente, por toda a vida e, por meio dos rituais feudais que criava e mantinha a vassalagem, os homens tinham uma relação muito diferente da que conhecemos hoje com relação aos objetos. Nas palavras do autor:

“Não há uma correspondência entre um sujeito dominador (até porque era então historicamente inexistente) e a simplicidade subserviente e passiva da coisa. À complexidade e à primazia da coisa – nos seus múltiplos usos sociais, econômicos e conseqüentemente jurídicos que dali emergem – não poderá haver a correspondência de um sujeito dominador e unificador.”³³

Em última instância, o que ocorria era que a propriedade estava ligada a várias obrigações legais diferentes das que conhecemos no mundo capitalista. Por isso mesmo, acima dos sujeitos, a noção de propriedade parte das próprias coisas. É o que o autor chamava de noção “pré-moderna” de propriedade. No mundo moderno, com a implantação do capitalismo, temos uma nova configuração social, que resulta em uma nova dinâmica econômica.

A manutenção do mundo capitalista está vinculada à circulação de mercadorias no mercado. As coisas em si devem ser possuídas para poderem ser dispostas. E essa disposição significa compra, venda, negociação, valorização, desvalorização, conceitos menos presentes no mundo medieval, mas que, economicamente, sustentam o mundo capitalista moderno. Temos, nesse sentido, a primazia do sujeito sobre as coisas. Nós as possuímos, as conquistamos, de forma que não há mais tantos impedimentos que limitem nossas possibilidades de negociação.

Mas quais eram os dois principais problemas a serem resolvidos no Brasil, sob o ponto de vista da produção agrária? A percepção de que a escravidão tinha os dias contados era clara. Via-se que a opinião pública e a pressão de alguns políticos findaria a exploração de seres humanos como mão de obra em forma de bem. O desdobramento disso era a conseqüente queda da oferta de braços disponíveis para o trabalho. Com menos escravos, a necessidade de alternativas, principalmente para o cultivo da terra, era iminente. A lógica anterior, de posse e posterior cessão de título, facilitava que libertos e migrantes tivessem acesso à terra. A lei de terras, em última instância, negava a quem não tinha a possibilidade de dispor de um montante considerável de dinheiro, ou uma rede social que lhe permitisse adquirir uma dívida ou conseguir locais para o cultivo.

Tivemos, dessa forma, o surgimento dos modernos conceitos de proprietário e propriedade, muito próximos do que conhecemos hoje. Até então, tínhamos posseiros, concessionários ou sesmeiros. Esses tipos antigos de controle de



bens, atrelados a uma legislação específica não possibilitavam a circulação dos objetos por meio da comercialização. Tivemos a definição clara do que é da posse individual, a propriedade privada, e o que é do Estado, teoricamente da coletividade, mas que ao mesmo tempo não era de ninguém, pois existia sobre a tutela do governo. Sintetizando a interpretação do autor:

“Do ponto de vista jurídico, os bens e a mão de obra, passando de uma forma de domínio marcada pelas relações pessoais e pela dependência dos favores da coroa, vai passando a uma forma de domínio ditada pelos proprietários e na dependência dos ventos do mercado. Esse constitui um passo essencial na lenta modernização jurídica do Brasil no âmbito das relações privadas e, em especial, um marco na história do pensamento jurídico brasileiro.”³⁴

Desta forma, podemos concluir que a propriedade de terra, no período colonial e em parte do imperial, não obedecia às regras de mercado; a mudança da perspectiva de futuro da mão de obra e a evolução da implantação do capitalismo no Brasil necessitavam de uma posse de terra mais dinâmica do ponto de vista do mercado e, finalmente, a discussão na sociedade se reverteu em propostas de leis, como a aprovada em 1850.

Sugestão de Atividade - Módulo 10:

- Qual a relação entre a legislação brasileira no século XIX e a influência do mercado capitalista internacional?
- Identifique as transformações econômicas necessárias para as mudanças no conceito de propriedade no mundo ocidental?

Guerra do Paraguai e movimentações internas

Bibliografia Básica:

MENDES, Fábio Faria. **A 'Lei da Cumbuca': a Revolta contra o Sorteio Militar.** In: Revista Estudos Históricos, n. 24, 1999, p. 267 - 293.

Este módulo aborda um assunto muito interessante sobre o Brasil Monárquico: o recrutamento militar em nosso país, no século XIX. O texto A 'Lei da Cumbuca': a revolta contra o sorteio militar, escrito pelo cientista social e historiador Fábio Faria Mendes, trata-se de uma análise da reação da população brasileira à mudança do recrutamento forçado para o recrutamento por sorteio, de acordo com a lei nº 2.556, de setembro de 1874. Essa mudança causou inúmeros problemas para as juntas de alistamento militar, que tiveram início em 1º de agosto de 1875.

Logo no início do texto, o autor nos apresenta as motivações que levaram à mudança da lei. Anteriormente a essa época, o recrutamento militar era imposto de maneira forçada a alguns cidadãos brasileiros, mas algumas categorias de pessoas ficavam fora da lista - entre outros, os homens casados e os membros da guarda nacional. A mudança da lei espelhava-se nas prestações de serviço militar implementadas na Europa depois da guerra franco-prussiana, o que, de acordo com os militares reformistas, garantiria uma organização militar nos moldes europeus, tornando-a mais eficiente, profissional e "nacional". Para as elites civis, no entanto, essa forma de recrutamento eliminaria as maléficas influências do recrutamento sobre os pleitos eleitorais.

Ao mesmo tempo, na década de 1870, o Brasil passava por uma série de revoltas populares que iam de encontro com os ideários da elite e cindia o país entre um mundo de letrados e uma cultura oral dos sertões. Várias foram as consequências das inquietações dos espíritos das massas, principalmente no mundo rural, relacionadas à questão religiosa. Entre os protestos mais conhecidos, estão os "Quebra-quilos" e "Rasga-listas" no Nordeste e em Minas Gerais, a Revolta do Vintém na Corte, encerrando-se com Canudos e Contestado durante o período da República. Todas essas revoltas serviram para redefinir as relações entre o Estado e os sertanejos habitantes de terras remotas.

A lei do sorteio veio para substituir a "caçada humana", que simbolizava o recrutamento forçado por uma forma mais racional e igualitária de recrutamento - para os defensores da nova lei, esse era um enorme avanço institucional. A lei de 26 de setembro de 1874 estabelecia o alistamento e o sorteio para homens livres e libertos entre 19 e 30 anos de idade, eliminava os castigos corporais no exército e extinguiu as posições de camaradas e cadetes, a fim de extinguir elementos arcaicos e marcas de distinção hierárquica entre os militares. Os juizes de paz, o subdelegado e os párocos locais formavam as juntas de alistamento, sendo que os contingentes anuais da Corte e das províncias seriam estabelecidos de acordo com o número de indivíduos apurados. Esses, por sua vez, seriam sorteados na razão do triplo do contingente estabelecido.

As reações à nova lei foram surpreendentes do ponto de vista do governo. Na maior parte das províncias nacionais houve reações violentas, como em



Minas Gerais, onde homens e mulheres investiram contra as juntas fixadas nos adros das igrejas, destruindo os papéis de alistamento. Essas revoltas causaram o retrocesso do sorteio em alguns lugares, nos quais várias e novas tentativas de implementação da lei foram burladas pela reação popular. Acusados de fanáticos e ignorantes, os “Rasga-listas” - como ficaram conhecidos - freavam, segundo os defensores da lei, “o progresso modernizante e civilizatório do país”.

Houve interpretações conspiratórias de que tal movimento teria sido investido por motivos exteriores à revolta em si. As autoridades acreditavam que movimentos tão extensos e bem organizados estavam premeditados, de algum modo, por membros pertencentes ao mundo dos letrados, como os jesuítas e os liberais radicais.

De acordo com o autor, em muitas províncias onde se sucederam revoltas, testemunhos relataram “vivas ao Partido Liberal” ou às suas lideranças no Senado nacional. Os padres também tiveram papel importante nesse processo, em função das fissuras entre a Igreja e o Estado, por ocasião das prisões dos bispos. Esse embargo era facilitado pelo poder dado aos párocos nas juntas de alistamento que “na ausência de qualquer um dos membros, não poderia reunir-se”.

A própria lei do sorteio, segundo o autor, “imobilizava as operações das juntas de alistamento ao dar substancial poder de veto aos párocos”.³⁵ Mas, além disso, a oposição popular se firmava em função das profundas mudanças na rotina de recrutamento imposta pela nova lei. A ação dos “Rasga-listas” era uma forma de protesto popular de caráter reativo, ou seja, representava a busca por reafirmar direitos estabelecidos quando alguma coisa ou alguém tentava violá-los. De acordo com Fábio Faria Mendes:

*“A revolta é interpretada aqui como prática coletiva cuja forma exprime representações e expectativas dos agentes sobre a natureza da ordem social. A lei do sorteio rompia expectativas tradicionais quanto à forma e aos objetivos do recrutamento, introduzindo novos elementos de incerteza. No contexto das experiências adquiridas com as práticas do recrutamento, os “rasga-listas” certamente tinham muito boas razões para agir como agiram. Ao contrário de demonstração de ignorância, tais movimentos revelavam um sóbrio sentido de prudência, assim como capacidades consideráveis de ação coletiva”.*³⁶

Para aqueles que eram contra o recrutamento por sorteio, a nova lei significava um cerceamento da liberdade em uma aproximação com a vida de cativo. De acordo com o autor, ser soldado no Brasil naquele período significava anos de sujeição à disciplina brutal e arbitrária, trabalhos pesados, privações, além de reduzir ademais “os horizontes de invisibilidade da população”. Para a plebe livre, esta nova forma de recrutamento implicaria em uma maior capacidade das autoridades tiranizarem o cidadão comum.

Segundo Mendes, o recrutamento forçado, apesar da arbitrariedade e da confusão que implicava, estabelecia de forma precária, mas estável, sobre quais grupos cairiam tal encargo e, por isso, tinha a importante função de controle social. Ele punia, preferencialmente, pequenos criminosos, indivíduos turbulentos, maridos infieis, filhos ruins e trabalhadores pouco diligentes. A adoção do sorteio, dessa maneira, eliminava esse modo de convivência.

35 MENDES, Fábio Faria. “A ‘Lei da Cumbuca’: a Revolta contra o Sorteio Militar”. In: *Revista Estudos Históricos*, n. 24, 1999, p. 270.

36 MENDES, Fábio Faria. *Op. Cit.*, p. 270 a 271.



De forma ideal, o sorteio se estabelecia sob as formas de equiprobabilidade e impessoalidade, aproximando-se, segundo Mendes, de “um igualitarismo simples”. Elas eliminariam a responsabilidade da escolha e, por seu silêncio, seria dado o recrutamento ao acaso, ao destino, evitando problemas de complexidade moral e eliminando as possibilidades de corrupção. Além disso, o sorteio reduzia as possibilidades de barganha e negociação, “impondo a presença de um Estado distante e impessoal” em um país em que os laços pessoais, estruturados em redes de parentela, “ofereciam proteção contra as ameaças de recrutamento”. A lei do sorteio eliminava a linha que demarcava protegidos de desprotegidos.

Diante da possibilidade de se cumprir a lei do sorteio, no dia 1º de agosto de 1875, dia determinado para a reunião das juntas de alistamento em todo o Império, houve reação em várias províncias com contingente de homens e mulheres invadindo os adros das igrejas, rasgando as listas de recrutamento, impedindo a reunião das juntas. De acordo com o autor:

“Em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, as atas das juntas de alistamento de inúmeras paróquias relatariam a ação dos grupos de homens e mulheres interrompendo repentinamente as reuniões das juntas e destruindo os papéis de recrutamento. A geografia dos distúrbios, entretanto, seria marcada por intensidades variáveis no tempo e no espaço.”³⁷

Nas províncias do Norte, a rebelião contra a lei do sorteio seguia os passos de outras contra o sistema métrico, os “Quebra-quilos”. Em São Paulo, de acordo com Mendes, os acontecimentos pareciam apenas transbordar os eventos da vizinha província de Minas, onde se concentrava a maior parte dos protestos contra a lei. Em pelo menos 78 localidades dessa província, as juntas foram atacadas por multidões enfurecidas, tiveram suas listas rasgadas e queimadas e algumas autoridades agredidas e, na sequência, foram realizadas festas comemorativas.

Para sintetizarmos, segundo o autor, a tentativa de implementação do sorteio militar pelo Estado Imperial procurava contornar os dramáticos problemas de oferta de soldados e as interferências políticas do recrutamento, estabelecendo um mecanismo de alocação dos encargos de corte igualitário. Procurava também contornar o gradiente de discrição dos notáveis na definição das circunstâncias do recrutamento, estabelecendo um mecanismo cego às propriedades contingentes dos indivíduos. Insuficiente e contraditória para alguns, pelas oportunidades desiguais de escusa do serviço que permitia; tirânica e arbitrária para outros, pelas incertezas que criava, a lei do sorteio seria inviabilizada pela oposição dos “Rasga-listas”. A lei de 1874 tornou-se “letra morta”.

Com este texto, percebemos a capacidade de resistência da população. Durante o período imperial brasileiro, como vimos até então, os privilegiados economicamente conseguiam se fazer representar politicamente e ditavam as mudanças políticas. Nas revoltas dos “Rasga-listas”, vemos uma movimentação popular contra a imposição estatal.

Vamos refletir sobre as situações da história do Brasil em que o povo foi capaz de se rebelar contra as determinações estatais. Hoje em dia, onde existem movimentos capazes de tal mobilização? Essa contestação faz parte da dinâmica da democracia contemporânea. Nossa passividade, às vezes, é consequência de um desconhecimento profundo sobre nossa história. A função de nós, professores, é proporcionar aos alunos um olhar crítico, entendendo essa relação de mão dupla entre passado e futuro.



Sugestão de Atividade - Módulo 11:

- Como as revoltas dos “Rasga-listas” podem ser entendidas, segundo o atrito de um Estado que tentava se modernizar e uma população resistente aos novos conceitos de gestão pública moderna?
- Tendo o exemplo do texto, como as modificações sociais se revertem em alterações legais?

Proclamação da República

Bibliografia Básica:

SIQUEIRA, Carla. **A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890.** In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n.14, 1994, p. 161 - 181.

No último módulo desta disciplina, trataremos de um importante evento para os capítulos da nossa história. O presente texto aborda as comemorações de 15 de novembro de 1890, ou seja, o aniversário de 1 ano da proclamação da República. O texto A Imprensa Comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890, escrito pela historiadora Carla Siqueira, analisa o discurso da imprensa após o primeiro ano de proclamação da República e de que forma esse discurso agiu para legitimar a ordem por meio da propaganda e da defesa do novo regime.

De acordo com a autora, proclamada a República, foram precisos anos para que o regime tomasse forma. Para tanto, precisou-se criar no imaginário coletivo um sentido cívico republicano por meio da propagação de novos símbolos, monumentos e festas comemorativas oficiais, também fortalecidos pela ação da imprensa republicana brasileira. Isso, por sua vez, ia de encontro aos ideais monarquistas defendidos pelos que antes eram os jornais da situação, agora oposição.

Logo nas primeiras páginas do texto, a autora expõe o papel da imprensa nas comemorações do primeiro aniversário da República e de que forma essa imprensa, antes oposição, agora situação, agiu para legitimar e dar sentido a essas comemorações. Seu papel auxiliava o governo na tentativa de construir uma tradição de forte conteúdo simbólico, evidenciada pelos desfiles e festas cívicas que tentavam transformar a figura de Deodoro em herói e o exército em instituição salvadora da nação. A autora afirma que, após esse primeiro ano de proclamação, a necessidade de reafirmação do novo regime ainda era evidente, uma vez que, preocupados com a sobrevivência da República, seus contempladores tinham por objetivo sacralizar a data, transformando-a em marco histórico da nação, por meio da criação de festas cívicas e movimentos de comemoração do 15 de novembro.

De acordo com Carla Siqueira, os acontecimentos do dia 15 de novembro geraram um ambiente conflituoso, no qual os eventos ocorridos desde a proclamação da república alimentaram a indústria jornalística em um embate entre republicanos e monarquistas. A data tornou-se, portanto, objeto de luta por afirmação de inteligibilidade entre os jornais que se veem como testemunhas privilegiadas dos acontecimentos e, portanto, historiadores do presente. Nas palavras de Siqueira:

“A rememoração histórica realizada pela imprensa não oferece apenas uma visão do passado. Pelo que lembra e pelo que esquece, oferece também uma compreensão do presente, uma ordem que se quer preservar no futuro.”³⁸

38 SIQUEIRA, Carla. “A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890.” In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n.14, 1994, p. 162.



As leituras dos acontecimentos ligados à ascensão do novo regime feitas por esses jornais criaram duas visões diferentes e opostas a respeito da República: uma positiva, no caso dos jornais republicanos, e outra negativa, no caso das publicações monarquistas.

No tópico intitulado O provisório eterniza a República, a autora traça as principais notícias trazidas pelos jornais da situação sobre as comemorações do 15 de novembro, apoiando a República. Jornais, como “O Paiz”, ligado a Quintino Bocaiuva, ministro de Deodoro, auxiliavam na construção da imagem do regime e de seus líderes, em um trabalho de propaganda complexo que almejava legitimar a nova ordem, a fim de garantir o seu cumprimento.

De acordo com Siqueira, tornava-se preciso uma reorganização do Estado e social para se cumprir as promessas do novo regime e, para isso, o governo contava com a ajuda dos jornais para propagar as ideias republicanas. Estava em jogo a legitimidade da República, uma vez que em seus primeiros anos ela se concretizou “mais pela ausência de mecanismos institucionais próprios do Império do que pela criação de novas formas de organização política”.

Nesse sentido, o esforço de legitimação realizado pela imprensa republicana caracterizava, segundo Siqueira, os primeiros anos desse regime no Brasil, por meio da criação no imaginário coletivo de um sentido cívico republicano, de monumentos e símbolos, como a bandeira e o hino nacional, e do calendário de festas oficiais.

Sintetizando as ideias da autora a respeito da invenção da tradição republicana:

“A história da república torna-se, assim, a história de uma aculturação, no sentido de que um novo conteúdo simbólico pretende suprir o vazio deixado pelo veto ao passado monárquico, viabilizando a imposição de uma nova ordem. O trabalho do grupo dirigente é manter viva a ideia de República como slogan organizador da sociedade. A comemoração do 15 de novembro, data máxima da República, contribui para este esforço: tentar enquadrar a coletividade neste sentido construtivo.”³⁹

Este esforço, de acordo com a autora, vem imbuído pela ideia de conservação, uma vez que, em detrimento de uma revolução completa, no sentido estrito do termo, a nova ordem buscava equacionar as ideias de renovação e conservadorismo também por ocasião das festas. A rememoração do passado pelas comemorações no presente era dada pelos dirigentes do regime, construtores da memória. Cabia às massas assistirem e aderirem à República, construída por aqueles que detêm a “soberania da palavra”, através da imposição de um limitado exercício de cidadania. A imprensa, por sua capacidade de criar adeptos em vista de sua credibilidade intelectual, reforçava esse imaginário coletivo e ganhava, segundo Siqueira, status de politizador urbano.

No tópico A República do pensamento, a autora evidencia a importância da imprensa como propagadora de ideias e formadora de opiniões na vida nacional naquele período. Ela era o “braço da ilustração brasileira” e herdeira do iluminismo do século XVIII, preservava a crença na razão e na ciência, reforçando o papel dos intelectuais nesse processo. De acordo com Carla Siqueira, a imprensa, nascida durante as campanhas abolicionistas, ganhou força e respeito na República, como instrumento direto e imediato de ação educativa.

De um lado, a imprensa, que antes era oposição, ganhava espaço na República, agora como situação. Os jornais monarquistas perderam força, mas permaneciam exercendo importante papel dentro do novo regime. Mais adiante, a autora nos leva aos embates entre os jornais da situação e da oposição em uma



disputa intelectual de interesses e poderes. Enquanto os jornais republicanos reforçavam a imagem da República por meio de notícias das comemorações de 15 de novembro, exaltando a importância de tal conquista e a legitimação do novo regime, os jornais monarquistas expunham as mazelas da República, defendendo a soberania do Império, considerando-a um governo provisório. De um lado, a República era vista como libertadora, e de outro era taxada como a ditadura militar republicana.

A imprensa governista seguia no espírito comemorativo da República e elogiava o governo, a figura de Deodoro e a atuação dos militares durante o governo provisório. Jornais, como "O Paiz", buscavam, no passado, artifícios para legitimar o governo presente por meio da rememoração de raízes republicanas durante a monarquia.

A presença militar no processo de construção da República aparecia como inevitável e, segundo a autora, "tentava amenizar a impossibilidade de se apresentar a ação dos militares como um mero instrumento dos desígnios dos republicanos civis". O jornal "O Paiz" celebrava o elemento militar na conquista e sua harmonia com a sociedade, reforçando a ideia de apoio popular.

Outros elementos do exército, como o quartel, também eram classificados como importantes lugares de memória e símbolo da vitória republicana. A festa no quartel reforçava esta ideia, recriando a experiência de tomada do poder por ocasião de sua ocupação. A cidade tomada pela festa e reforçada pela imprensa, de acordo com a autora, acabava por criar uma ideia de aceitação e comemoração por parte de toda a sociedade.

A autora evidencia, no tópico Marchas e contramarchas da comemoração, a noção defendida pelos jornais republicanos de uma proclamação feita de forma pacífica, graças ao marechal Deodoro, e lutam contra a ideia de um povo indiferente ao movimento. Ao mesmo tempo, Siqueira apresenta o papel dos jornais monarquistas nas comemorações do 15 de novembro, bem mais moderadas e em pequenas notas perdidas nos periódicos, se comparados aos republicanos. Jornais oposicionistas, como "A Tribuna", criticavam trechos do discurso de Deodoro, em que o marechal se afirmava como depositário dos destinos do povo brasileiro e a imagem de que a República já era algo encarnado na nação. Enquanto os jornais da situação vangloriavam o processo pacífico de transição e a legitimidade e da abertura política, os jornais de oposição criticavam a ditadura militar de Deodoro na República, defendiam o perfil liberal do Império e previam problemas no congresso para a concretização de uma República de fato.

Para os republicanos, o período decorrido desde a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, às comemorações de aniversário de um ano em 1890 era um período revolucionário, regenerador. Essa sensação de revolução, de marco histórico, era proporcionada pelos jornais de situação, em que a República aparecia como "a única forma de governo compatível com o tempo em que vivemos". A noção de Império, de acordo com a autora, passou a representar um arcaísmo, sendo sua presença um anacronismo diante daquele tempo.

A República apresentou-se, portanto, como "fruto do rumo inevitável da história, do progresso da humanidade". Tratava-se da vontade nacional em consonância com as conquistas da civilização, era a inserção do Brasil na "democracia americana". A autora evidencia também que a evolução civilizatória do Brasil se devia ao fato de uma expansão do ponto de vista econômico, e não do político. Além do mais, essa evolução era vista sob um ângulo linear em relação à história e deveria ser celebrada todos os anos "como o tempo do progresso, da legalidade, da ordem, da liberdade e da democracia". Para os monarquistas, no entanto, a República representava um retrocesso.

De acordo com os jornais monarquistas, a República era acusada de violar a "tradição brasileira", ou seja, teria rompido com o passado genuíno da



nação. Já os republicanos defendem estar cientes da tradição como suporte para as realizações no presente. Essa valorização seria dada pela imagem de continuidade, em que os republicanos romperiam com a ideia de revolução, por meio da contenção dos espíritos radicais da massa e a afirmativa de uma proclamação realizada na ordem. As críticas dos jornais monarquistas à falsa integração do povo no processo de construção da República revelavam um novo discurso na arena da situação, sendo a população integrada novamente ao processo como expressão da própria alma da nação.

Em síntese, a República assinalava a imposição institucional de um novo, mas era essencial, para a afirmação de sua legitimidade, forjar as raízes dessa novidade no passado, inventando uma tradição republicana para o país. O passado tornou-se campo de batalha. De um lado, os monarquistas acentuavam os 70 anos de paz interna, unidade nacional, progresso, liberdade e prestígio internacional que o regime deposto teria garantido à nação. Frequentemente, referiam-se ao governo republicano apenas como “provisório”, ressaltando a fragilidade da nova ordem. Do outro lado, os republicanos valorizavam a lembrança de eventos que seriam precursores dessa ordem, colocando em relevo a ideia de continuidade.

Dessa forma, é fundamental percebermos a importância do conhecimento relativo ao passado e como ele pode forjar projetos de futuro. Resta a nós, professores de história, fomentarmos em nossos alunos a capacidade de perceber isso. Aí está o papel libertador da disciplina História na formação dos cidadãos do futuro.

Sugestão de Atividade - Módulo 12:

- De que forma a imprensa se comportou como arena de batalha das diferentes propostas de país posteriores à Proclamação da República?
- A imagem que fazemos de nós mesmos é, em grande parte, fruto de projeções pessoais sobre o futuro. As propostas republicanas, civis e militares, tendiam a valorizar aspectos diferentes dos acontecimentos envolvendo a Proclamação da República. Trace paralelos entre esses aspectos.
- Retorne ao primeiro texto da disciplina. Quais as semelhanças entre o processo de Independência e a Proclamação da República nos jornais? Cite uma diferença entre as duas maneiras de interpretar as mudanças no status político do Brasil.

Considerações finais

Espero que a disciplina tenha ajudado em seu aprendizado. Como foi reforçado o tempo todo, o conhecimento não tem valor nenhum se não produzir nos sujeitos que tiveram contato com ele a ânsia pelas mudanças sociais. Mas de que forma isso ocorre quando se trata de um conhecimento que se propõe a conhecer o passado, como é o caso da História? Como vimos, o saber histórico contemporâneo é obrigatoriamente produzido por meio de uma relação dialética entre passado e futuro. E é a consciência de que a história é produto de seu tempo que torna seu conteúdo tão valioso.

Como já foi salientada no início desta apostila, a observação do presente aponta para o que é valorizado pelos historiadores. Escravidão, cerceamento das classes economicamente inferiores de participação política, sociedade hierarquizada pautada na posse de bens (domínio do capital), classe política julgando-se uma autarquia impune às penas das leis que regem a sociedade são presenças inconvenientes quando voltamos nossa atenção (de homens e mulheres no século XXI) para o século XIX. Mas são, sem dúvida alguma, sementes das desigualdades vividas hoje em dia.

Se atualmente, quando andamos nas universidades públicas, estranhamos a quase ausência absoluta de afrodescendentes, se seu chefe se sente no direito de ser alguém inatingível a críticas mesmo estando errado, essas e outras discrepâncias têm início no passado. Se o período Imperial não foi o momento de nascimento, fez parte da gestação destes crimes contra a natureza humana. Fala-se em igualdade. Reitera-se que somos um país sem preconceitos. Equivocados somos ao concordar com o que é dito. Devemos nos instruir para produzir consciência em nós mesmos e, principalmente, sermos capazes de instruir nossos alunos; fazer o papel correto esperado de mestres; dado os novos contextos, agir de maneira diferente; pensar de maneira diferente.

As primeiras letras tratam de um passo importante para o conhecimento do mundo. E estudar história é um aprendizado de leitura tão importante quanto esse. As estruturas atuais foram formadas em períodos passados e a compreensão do que vivemos vai muito além das informações presentes nas mídias atuais. É necessário o resgate dos contextos que antecederam ao nosso para a criação da consciência de quem nós somos. Espero que esta disciplina tenha proporcionado não só contato com interpretações sobre o passado, mas também acesso a conhecimento válido para o presente.

Até nosso próximo encontro.

Bibliografia complementar

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil: Império.** São Paulo: Companhia das letras, 1997.

ARMITAGE, João. **História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I em 1831.** São Paulo: Martin, 1972.

BANDEIRA, L. Moniz. **O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata- Argentina, Uruguai e Paraguai: da colonização a Guerra da Tríplice Aliança.** São Paulo: Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História.** São Paulo: Perspectiva, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras: a política Imperial.** São Paulo: Editora revista dos tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem e o teatro de sombras.** Rio de Janeiro: UFRJ/ Relume Dumará, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império: A Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880).** Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

COELHO, Tatiana Costa. **A reforma católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (1844-1875).** Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens na Ordem Escravocrata.** 3ª Edição. Editora Kairós. São Paulo. 1983.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1997.



HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1974.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX**. São Paulo, Brasiliense. 1988.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Marques, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.). **A Guerra do Paraguai 130 Anos Depois**. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1995.

MARTINS, Cesar Eugênio Macedo de Almeida. **A Dinâmica do Recrutamento Militar na Província de Minas Gerais: Mobilização, Conflito e Resistência Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

MARTINS, Karla Denise. **O sol e a lua em tempo de eclipse: a reforma católica e as questões políticas na Província do Grão-Pará (1863-1878)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo, Hucitec, 1990.

MENDES, Fábio Faria. **O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Tese de Doutorado em Ciências Política, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). 1997.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865. 2009**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. **Artífices do próspero mundo novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SCHWARCZ, Lílian M. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SELINGARDI, Sérgio Cristóvão. **Educação Religiosa, Disciplina e Poder**



na Terra do Ouro: A História do Seminário de Mariana entre 1750 e 1850. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

Senra, Nelson de Castro. **História Das Estatísticas Brasileira: Estatísticas Desejadas (1822-c.1889)**, volume 1. IBGE. Rio de Janeiro. 2006.

SOUZA, Iara Lis C. **Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo 1780-1831.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. (dir.) **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889).** Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.

ZANIN, Larissa Fabrício. **A Corte Portuguesa e o Escravismo no Brasil Sob o Olhas de Debret.** Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.